



SÍNTESE INFORMATIVA DO EDITAL

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM" - MODO DE DISPUTA: "ABERTO E FECHADO"

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

+ Legislação:

[Lei Federal N.º 14.133/21](#) (Lei Geral de Licitações);

[Lei Complementar N.º 123/2006](#) (Lei Federal das Micro e Pequenas Empresas);

[Lei Municipal N.º 4.860/2015](#) (Lei Municipal das Micro e Pequenas Empresas);

[Decreto Municipal N.º 15.495/2023](#) (Regulamenta a Lei N.º 14.133/21);

[Decreto Municipal N.º 15.912/2024](#) (Regulamenta o Sistema de Registro de Preços);

[Decreto Municipal N.º 15.947/2024](#) (Regulamenta os Procedimentos Eletrônicos);

[Decreto Municipal N.º 13.667/2020](#) (Regulamenta o tratamento diferenciado para as MPes locais e regionais);

[Decreto Municipal N.º 15.948/2024](#) (Regulamenta bens "comuns" e de "luxo").

+ Secretaria(s) Solicitante(s):

Secretaria Municipal de Saúde.

+ Envio de Propostas:

Do dia 01 de Julho de 2025, às 08h30min até o dia 14 de Julho de 2025, às 08h29min.

+ Abertura das Propostas:

No dia 14 de Julho de 2025, às 08h30min.

+ Modo de Disputa:

ABERTO E FECHADO.

+ Ambiente web:

As propostas e eventuais impugnações serão recebidas **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico no endereço:

www.portaldecompraspublicas.com.br.

+ Documentos Necessários:

Conforme estabelecido nos Itens V, VI e VII do Edital.



+ Prazo de Entrega do(s) Produto(s):

Conforme estabelecido no Item 14.2. do Edital.

+ Vigência da Ata de Registro de Preços:

Conforme estabelecido no Item 14.3. do Edital.

+ Condições de Pagamento:

Conforme estabelecido no Item XV do Edital.

+ Informações:

Poderão ser obtidas na Divisão de Licitação, na Sede da Prefeitura Municipal, à Rua Cel. Joaquim Neto, 333, Bairro Centro, neste Município de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, ou pelos telefones: (35) 3473-3217 ou (35) 3473-3237, das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min, ou ainda pelo e-mail licitacao2@pmsrs.mg.gov.br, até o terceiro dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a abertura das Propostas.

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 – REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

TIPO: “MENOR PREÇO POR ITEM” – MODO DE DISPUTA: “ABERTO E FECHADO”

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG torna público, para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar Licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG**, conforme descrito no Item I – DO OBJETO, para **PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA de Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**, inclusive Cooperativas assim qualificadas, aptas a se beneficiarem do tratamento diferenciado e favorecido, estabelecido pela Lei Complementar N.º 123/2006, **exceto quando ocorrer o estabelecido no Art. 49 dessa mesma Lei Complementar.**

Essa Licitação será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal N.º 14.133/2021, bem como em conformidade com as normas gerais da Lei Complementar N.º 123/2006; da Lei Municipal N.º 4.860/2015; do Decreto Municipal N.º 13.649/2020; do Decreto Municipal N.º 15.495/2023; do Decreto Municipal N.º 15.912/2024; do Decreto Municipal N.º 13.667/2020 e das demais normas complementares e disposições deste Instrumento.

O Certame deste Processo se dará em Sessão Pública, no **dia 14 de JULHO de 2025, às 08h30min**, exclusivamente por meio de sistema eletrônico com comunicação pela *internet*, disponibilizado em www.portaldecompraspublicas.com.br, mediante observância das condições de segurança, utilizando-se, para tanto, os recursos de criptografia e autenticação em todas as suas fases.

Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Pregoeiro(a) do Município, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos diretamente para a página eletrônica www.portaldecompraspublicas.com.br, sendo-lhe atribuído coordenar o Processo Licitatório; receber, examinar e decidir sobre as impugnações, consultas e pedidos de esclarecimento ao Edital – no que sempre será assistido pela(s) Secretaria(s) solicitante(s) – ; conduzir a Sessão Pública no sistema eletrônico; verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos neste Edital; dirigir a etapa de lances; verificar e julgar as condições de habilitação; receber, examinar e decidir sobre os recursos, encaminhando à Autoridade competente quando mantiver sua decisão; indicar o vencedor do Certame; adjudicar o objeto, quando não houver recurso; conduzir os trabalhos da Equipe

de Apoio; e encaminhar o Processo devidamente instruído à Autoridade competente, propondo sua homologação.

O Edital estará disponível gratuitamente no sítio eletrônico do Município (www.pmsrs.mg.gov.br) e no sítio eletrônico onde se realizará a Sessão Pública (www.portaldecompraspublicas.com.br).

I - DO OBJETO

1.1. Constitui Objeto do presente Processo Licitatório a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em itens, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem do seu interesse.

1.3. A descrição detalhada de cada item que compõe o Objeto deste Certame constará do Modelo de Proposta anexo a este Edital.

II - DO VALOR ESTIMADO

2.1. O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 273.330,90 (Duzentos e Setenta e Três Mil, Trezentos e Trinta Reais e Noventa Centavos)**.

2.2. Em consonância com a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - "Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...", cita-se:

2.2.1. Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a

efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas.

Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.

2.2.2. Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios – no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.

2.2.3. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

2.2.4. Desta forma e por todo justificado anteriormente, o Município de Santa Rita do Sapucaí informa aos Licitantes que será divulgado somente o valor global estimado da contratação. O custo estimado unitário é de caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

2.3. As despesas decorrentes deste Processo Licitatório correrão por conta de Dotação(ões) Orçamentária(s) próprias, indicadas adiante, neste Edital.

III - DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1. Das condições gerais:

3.1.1. Poderão participar deste Processo Licitatório as Pessoas Jurídicas que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos, inclusive as que se referem à documentação.

3.1.2. *A simples participação neste Processo Licitatório importa total, irrestrita e irretratável submissão das proponentes às condições estabelecidas neste Edital.*

3.1.3. *O descumprimento de quaisquer das condições de participação estabelecidas neste Edital será motivo para a desclassificação e/ou inabilitação da proponente.*

3.1.4. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto nº 8.538, de 2015.

3.2. Da participação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

3.2.1. Do tratamento diferenciado em geral:

3.2.1.1. Será regido pela Lei Complementar N.º 123/2006 e pelo Decreto Municipal N.º 13.667/2020.

3.2.1.2. Não poderão se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto na Lei Complementar N.º 123/2006 as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se enquadrem em qualquer das exclusões previstas no Art. 3º, §4º, abaixo transcrito:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o Art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

I – de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

II – que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

III – de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos desta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

IV – cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada por esta Lei Complementar, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

V – cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do caput deste artigo;

VI – constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

VII – que participe do capital de outra pessoa jurídica;

VIII – que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

IX – resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

X – constituída sob a forma de sociedade por ações.

XI – cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade. (Incluído pela Lei Complementar N.º 147, de 7 de agosto de 2014).

3.2.1.3. Terão prioridade de aquisição as cotas reservadas para participação exclusiva de Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), ressalvados os casos em que a cota reservada for inadequada para atender as quantidades ou as condições do pedido, justificadamente.

3.2.1.4. Caso ocorra de a mesma Microempresa (MEI e ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) vencer a cota reservada e a cota principal, a contratação das cotas deverá ocorrer pelo menor preço.

3.2.1.5. Na hipótese de não haver vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota principal ou, diante de sua recusa, às proponentes remanescentes, observada a ordem de classificação, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado da cota principal.

3.2.1.6. O favorecimento estabelecido como critério de desempate observará as normas elencadas no Decreto Municipal N.º 13.667/2020.

3.2.2. Do tratamento diferenciado das beneficiárias sediadas local ou regionalmente:

3.2.2.1. Será regido pelo Decreto Municipal N.º 13.667/2020.

3.2.2.2. Serão consideradas de âmbito local todas as empresas beneficiárias cuja sede esteja dentro dos limites geográficos do Município de Santa Rita do Sapucaí / MG.

3.2.2.3. Serão consideradas de âmbito regional todas as empresas beneficiárias cuja sede esteja dentro dos limites geográficos das microrregiões Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre e Itajubá, conforme definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

3.2.2.3.1. Os Municípios que integram as microrregiões Santa Rita do Sapucaí, Pouso Alegre e Itajubá podem ser consultados em https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv2269_1.pdf.

3.2.2.4. Será concedida, a fim de atender aos objetivos elencados no Artigo 1º do Decreto Municipal N.º 13.667/2020, prioridade de contratação de Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas local ou regionalmente, nos seguintes termos:

3.2.2.4.1. Nas situações em que as ofertas apresentadas pelas Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas local ou regionalmente sejam iguais ou até 10% (dez por cento) superiores ao menor preço, a Microempresa (MEI e ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) sediada local ou regionalmente melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora da Licitação, ainda que tenha sido ofertada por Microempresa (MEI e ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) cuja sede não esteja dentro dos limites de localidade ou regionalidade estabelecidos neste Edital.

3.2.2.4.2. Na hipótese da não contratação de Microempresa (MEI e ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) sediada local ou regionalmente com base no subitem anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na mesma situação, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

3.2.2.4.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas local ou regionalmente, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

3.2.2.4.4. Nas Licitações com cota reservada à participação de Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), a prioridade será aplicada apenas na cota reservada.

3.2.2.4.5. Justifica-se a aplicação da prioridade de contratação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas local e regionalmente dado o número crescente de empresas assim enquadradas que se tem estabelecido nesses limites geográficos, sendo elas dos mais diversos setores comerciais; e juntam-se a isso as razões de incentivo a tais empresas, dadas pela Lei Complementar N.º 123/2006, e as razões de fomento da economia local e/ou regional, baseadas na mesma Lei Complementar e regulamentadas pelo Decreto Municipal N.º 13.667/2020, trazendo não somente benefícios de cunho econômico, mas também de cunho o social, posto que oportunizará a geração de empregos, elevará o poder de compras da sociedade retornando para Administração Pública na forma de taxas, impostos, tributos, redução de impactos na Saúde, Educação, Segurança Pública, etc.

3.2.3. Das ocasiões em que não se concederá tratamento diferenciado:

3.2.3.1. Quando não houver o mínimo de 03 (três) fornecedores competitivos enquadrados como Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) sediadas local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório.

3.2.3.2. Quando o tratamento diferenciado e simplificado para as Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) não for vantajoso para a Administração Pública ou representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do Objeto a ser contratado, devendo essas situações serem comprovadas e justificadas.

3.2.3.2.1. Para o disposto no subitem anterior, considera-se não vantajosa a contratação quando essa resultar em preço superior ao valor estabelecido como referência ou quando a natureza do bem, serviço ou obra for incompatível com a aplicação dos benefícios.

3.2.3.3. Quando o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar, justificadamente, pelo menos um dos objetivos previstos no Art. 1º do Decreto Municipal N.º 13.667/2020.

3.3. Das vedações à participação:

3.3.1. Não poderão participar deste Processo Licitatório, direta ou indiretamente, ou celebrar Contrato dela decorrente, sob pena de incorrer nas sanções previstas neste Edital, as proponentes que:

3.3.1.1. Não explorem ramo de atividade compatível com o Objeto desta Licitação;

3.3.1.2. Sejam estrangeiras e não funcionem no País;

3.3.1.3. Se apresentem sob a forma de cooperativa para intermediação de mão-de-obra ou cujas atividades não possam ser enquadradas fielmente ao disposto nos Artigos 3º e 4º da Lei Federal N.º 5.764/71;

3.3.1.4. Integrem de um mesmo grupo econômico, de direito ou de fato, assim entendido aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.1.5. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e/ou impedimento de contratar com a Administração, nos termos do Inciso III do Artigo 156 da Lei Federal N.º 14.133/21;

3.3.1.6. Tenham sido declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas, nos termos do Inciso IV do Art. 156 da Lei Federal N.º 14.133/21;

3.3.1.7. Estejam impedidas de licitar e contratar nos termos do Art. 156 da Lei Federal N.º 14.133/2021;

3.3.1.8. Integrem o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e/ou o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (Portal Transparência) e/ou ainda estejam incluídas no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ;

3.3.1.8.1. Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;

3.3.1.9. Se encontrem sob falência, concordata, recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

3.3.1.10. *De algum modo contrariem o estabelecido pelo disposto no Art. 92 da Lei Orgânica Municipal, a saber: “O Prefeito, o Vice-Prefeito, os Vereadores, os servidores e os empregados públicos municipais não poderão firmar contratos com o Município”.*

3.3.2. As pessoas jurídicas que tenham sócios em comum não poderão ofertar propostas para o(s) mesmo(s) item(ns) do Certame.

3.3.3. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

3.3.4. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

3.3.5. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de

mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

3.3.6. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

3.3.7. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

3.3.8. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

3.3.9. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

3.3.10. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.3.12. O impedimento de que trata o item 3.3.6 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.3.12. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.3.4 e 3.3.5 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.3.13. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.3.14. O disposto nos itens 3.3.4 e 3.3.5 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.3.15. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.3.16. A vedação de que trata o item 3.3.1.10 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.3.17. Fica impedido de participar do certame, empresas licitantes diferentes, mas com sócios comuns ou pertencentes a uma mesma família ou ainda, a um mesmo grupo econômico. Quando tal situação ocorrer, o(a)

Pregoeiro(a) do Município imporá a vedação da prática e a exclusão das licitantes no certame, preservando assim, os objetivos da isonomia e da justa competição no processo licitatório.

3.4. Da participação de Consórcios:

3.4.1. Será permitida a participação de consórcios, na forma do Art. 15 da Lei Federal N.º 14.133/21.

3.4.2. As empresas reunidas em consórcio deverão apresentar, no ato da assinatura do Contrato, a comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados.

3.4.3. Deverá ser indicada, na proposta de preços, indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração.

3.4.4. Todos os documentos de habilitação, de cada consorciado, deverão ser apresentados na forma do Item VII deste Edital, sob pena de inabilitação.

3.4.4.1. Poderão ser somados os quantitativos indicados nos atestados de capacidade técnica de cada consorciado para a comprovação da qualificação técnica.

3.4.4.2. Para efeito de qualificação econômico-financeira, quando exigidas comprovações além da Certidão Negativa de Falência e/ou Concordata, poderá ser considerado o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação.

3.4.5. As empresas integrantes do consórcio respondem solidariamente pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase licitatória quando na fase contratual.

3.4.6. É vedada a participação de empresa em mais de um consórcio participante do Certame.

IV - DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

4.1. Dos pedidos de esclarecimento:

4.1.1. Os pedidos de esclarecimento referentes a este Processo Licitatório deverão ser enviados ao(à) Pregoeiro(a), até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da Sessão Pública, exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, observado o disposto no Art. 164 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

4.1.2. Os pedidos de esclarecimento serão respondidos no prazo de 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

4.1.3. As respostas dadas aos pedidos de esclarecimento vincularão os participantes e a Administração.

4.2. Das impugnações:

4.2.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da Sessão Pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, observado o disposto no Art. 164 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

4.2.2. A impugnação deverá ser enviada ao(à) Pregoeiro(a) exclusivamente por meio eletrônico, em campo próprio do Sistema Portal de Compras Públicas, no seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

4.2.2.1. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio administrador, ou por pessoa designada para a administração da empresa, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de Estatuto ou Contrato Social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de Procuração Pública ou Particular (na qual conste explicitamente poderes para impugnar o Edital).

4.2.3. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente para responder pela empresa.

4.2.4. Caberá ao(à) Pregoeiro(a), auxiliado pelo setor técnico competente, decidir sobre a impugnação no prazo de até 03 (três) dias úteis, contados da data de recebimento da impugnação, limitado ao último dia anterior à data de abertura do certame.

4.2.5. Acolhida a impugnação, o Edital será reformado e será definida e publicada nova data para a realização do Certame.

4.2.5.1. Quando, inquestionavelmente, a alteração do Edital não afetar a formulação de propostas, será mantida a mesma data do Certame.

4.3. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no Certame.

4.4. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, e serão publicadas no sítio eletrônico do Município (www.pmsrs.mg.gov.br), sendo de responsabilidade dos interessados o seu acompanhamento.

V - DO CREDENCIAMENTO E DO ENVIO DA PROPOSTA

5.1. Do Credenciamento:

5.1.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pelo Portal de Compras Públicas, por meio do sítio www.portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema eletrônico (Portal de Compras Públicas), onde também deverão se informar a respeito do seu funcionamento e regulamento, obtendo instruções detalhadas para sua correta utilização.

5.1.2.1. Os interessados em se credenciar no Portal de Compras Públicas poderão obter maiores informações na página www.portaldecompraspublicas.com.br, podendo sanar eventuais dúvidas pela central de atendimentos do Portal ou pelo e-mail falelcom@portaldecompraspublicas.com.br.

5.1.3. O credenciado será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas declarações, propostas e lances.

5.1.4. O uso da senha de acesso pela proponente credenciada é de sua exclusiva responsabilidade, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Santa Rita do Sapucaí / MG responder por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

5.1.5. O credenciamento junto ao Portal de Compras Públicas implica a responsabilidade da proponente ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

5.1.6. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

5.1.7. O Pregão será conduzido pelo Município de Santa Rita do Sapucaí / MG, com apoio técnico e operacional do Portal de Compras Públicas, que atuará como provedor do sistema eletrônico para esta Licitação.

5.2. Das declarações a se prestar:

5.2.1. A proponente, ao enviar sua proposta, deverá preencher, em campo próprio do sistema eletrônico, as seguintes Declarações *on line*, fornecidas pelo Sistema de Pregão Eletrônico:

5.2.1.1. Declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital, em conformidade com a Lei Federal N.º 14.133/2021; de que até a presente data inexistem fatos impeditivos para sua habilitação; e de que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

5.2.1.2. Declaração de que está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo.

5.2.1.3. Declaração de que não é servidor do município de Santa Rita do Sapucaí, bem como seus sócios, administradores, empregados e controladores não são servidores do mesmo;

5.2.1.4. Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

5.2.1.5. Declaração de que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

5.2.1.6. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

5.2.1.7. Declaração de que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, quando for o caso;

5.2.1.7.1. A indicação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a proponente não obter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar N.º 123/2006, mesmo que seja qualificada como Microempresa (MEI ou ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP);

5.2.1.8. Declaração de que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras.

5.2.1.9. Declaração de que consente com o tratamento de seus dados pessoais para a finalidade do processo público de compra para cumprimento da obrigação legal de publicidade, a garantia da lisura, e prevenção à fraude dos atos públicos, de acordo com a Lei Federal nº 13.709/2018, e que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de compra se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

5.2.1.10. Declaração de que em relação a outras empresas proponentes neste Processo Licitatório, não integra nenhum grupo econômico, de direito ou de fato; não tem diretores, sócios ou representantes legais em comum; não utiliza recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.

5.2.1.11. Declaração de que não contraria o estabelecido no Art. 92 da Lei Orgânica Municipal, uma vez que não possui nenhum Servidor do Município de Santa Rita do Sapucaí / MG em seu quadro societário.

5.2.1.12. Declaração de que seu administrador, proprietário ou sócio com poder de direção não é prestador de serviços do Município de Santa Rita do Sapucaí / MG, e/ou não tem vínculo de parentesco com empregado público do mesmo Município que ocupe cargo público ou função pública de qualquer natureza, cuja ação laboral incida, por qualquer modo, mesmo o mais remoto, no Objeto deste Processo Licitatório.

5.2.2. *As declarações exigidas neste Edital e não disponibilizadas diretamente no sistema deverão ser confeccionadas e enviadas juntamente com os documentos de habilitação.*

5.2.3. Declarações falsas, relativas ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta, sujeitarão a proponente às sanções previstas neste Edital.

5.2.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3. Do envio da Proposta de Preços e dos Documentos de Habilitação:

5.3.1. Após a divulgação do Edital no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br e até a data e hora marcadas para abertura da Sessão, as empresas interessadas deverão encaminhar proposta com a descrição do Objeto ofertado e preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, no endereço acima, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

5.3.2. Os documentos de habilitação serão solicitados, via diligência, apenas ao proponente classificado.

5.3.2.1. Até a abertura da Sessão, as proponentes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

5.3.3. A proponente deverá elaborar a sua proposta com base no Edital e seus Anexos, sendo de sua exclusiva responsabilidade o levantamento de custos para o cumprimento total das obrigações necessárias para a execução do Objeto.

5.3.4. A proponente deverá enviar sua proposta, no idioma oficial do Brasil, mediante o preenchimento, *no sistema eletrônico*, dos seguintes campos:

5.3.4.1. Valor unitário e total para cada item ou lote de itens (conforme o caso), em moeda corrente nacional;

5.3.4.1.1. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento.

5.3.4.2. Descrição detalhada do item e/ou serviço cotado, indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no Órgão competente, quando for o caso;

5.3.4.2.1. Todas as especificações do Objeto contidas na proposta vinculam a proponente e, havendo divergência entre as condições da proposta e as cláusulas deste Edital, incluindo seus Anexos, sempre prevalecerão as últimas.

5.3.5. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

5.3.6. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

5.3.7. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.3.8. O envio de proposta em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo(a) Pregoeiro(a), acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de Processo Administrativo Sancionatório contra a proponente.

5.3.9. Encerrada a fase de lances e possível negociação, *a proponente vencedora deverá enviar, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sua proposta readequada*, com os itens e valores que venceu, observando todas as demais formalidades abaixo elencadas.

5.3.10. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecido no item 5.3.1, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto nos itens VII deste Edital.

5.3.11. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

5.3.11.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

5.3.11.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

5.3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

5.3.12.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento de menor preço; e

5.3.12.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

5.3.13. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

5.3.14. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

5.3.15. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5.3.16. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.4. Do envio e conteúdo da Proposta de Preços Readequada:

5.4.1. A *proposta readequada* deverá ser enviada exclusivamente via sistema eletrônico, no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), que nunca será inferior a 10 (dez) minutos, e deverá conter, obrigatoriamente:

I - A Razão Social da proponente e Nome completo de seu representante legal;

II - O endereço completo, telefone, endereço de correio eletrônico, da empresa (aconselhável enviar também o contato do representante);

III - Os números da inscrição no CNPJ e da inscrição Estadual e Municipal (se houver);

IV - Os valores unitário e total de cada item que tiver vencido, em moeda corrente nacional, já considerados e inclusos todos os tributos, fretes, tarifas e demais despesas incidentes;

V - O valor global da proposta, expresso nos mesmos moldes acima estabelecidos;

VI - A descrição do(s) item(ns) que tiver vencido, com a indicação de marca e modelo (quando for o caso), de forma a demonstrar que atende às especificações constantes no Termo de Referência;

VII - O prazo de validade da proposta, não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da Licitação;

VIII - O prazo de execução dos serviços e/ou entrega dos produtos (sendo sempre inferior ou no limite do estabelecido no Termo de Referência), contados do recebimento da Ordem de Fornecimento (OF); e

5.4.2. A proposta readequada deverá estar vistada em todas as páginas e assinada em tinta azul, pelo Representante Legal da empresa, ou por quem dele tenha Procuração com poderes para tal.

5.4.3. O envio de proposta readequada em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo(a) Pregoeiro(a), acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de Processo Administrativo Sancionatório contra a proponente.

VI - APRESENTAÇÃO DE CATÁLOGOS

6.1. As proponentes deverão apresentar, juntamente com a proposta readequada, catálogo do(s) item(ns) que tiver vencido, contendo todas as informações que possibilitem a avaliação pelos servidores indicados pela Secretaria requisitante, visando analisar a compatibilidade com as especificações técnicas do Termo de Referência e demais normas aplicáveis.

6.2. As especificações definidas no Termo de Referência e na especificação do produto deverão ser iguais ou poderão ser superadas por soluções que mantenham as exigências conceituais de padrão, desempenho e funcionalidades do Objeto pretendido, e, nesse caso, a proponente deverá, obrigatoriamente, sob pena de desclassificação, comprovar a superioridade e o atendimento às exigências em sua proposta.

6.3. Tais catálogos serão avaliados pela Equipe de Apoio Técnico, indicada pela(s) Secretaria(s) solicitante(s), que declarará o resultado da seguinte forma: Aprovado; Reprovado ou Sem Catálogo.

6.3.1. Em caso de reprovação a Equipe de Apoio Técnico deverá justificar o motivo, para que conste da Ata do Certame.

6.4. Caso haja a reprovação ou não apresentação dos catálogos ou ainda apresentação de catálogos em desacordo com o estabelecido acima, a proponente provisoriamente classificada será DESCLASSIFICADA naquele(s) item(ns).

6.4.1. Ocorrendo o estabelecido no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) solicitará a apresentação dos catálogos da(s) proponente(s) remanescente(s), observada a ordem de classificação, até que se encontre a proponente que apresente catálogo de acordo com o exigido.

6.5. O(A) Pregoeiro(a) realizará negociação do preço com a(s) remanescente(s) chamada segundo a ordem de classificação, antes de solicitar o envio de catálogo.

6.6. Estando o valor obtido dentro dos limites do Valor Máximo Praticável apurado pela Administração e aprovado o catálogo apresentado pela proponente provisoriamente classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) a declarará provisoriamente vencedora.

6.7. Os produtos entregues durante a vigência do Instrumento Vinculante deverão ser iguais aos apresentados nos catálogos, que só serão aprovados se forem iguais ou superiores às especificações do Edital.

VII - DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E DOS PROCEDIMENTOS DE CONFERÊNCIA

7.1. Das orientações gerais sobre a habilitação:

7.1.1. Os documentos exigidos para a habilitação, conforme regulado neste Edital, deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema eletrônico em que se realizará o Pregão, em campo próprio para esse fim.

7.1.2. Os documentos apresentados para habilitação deverão estar todos em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles que comprovadamente só possam ser fornecidos à matriz e referir-se ao local do domicílio ou sede do interessado.

7.1.3. Os documentos que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidos até 90 (noventa) dias antes da data da Sessão de Abertura de Propostas deste Processo Licitatório, exceto a Certidão Negativa de Falência, Concordata, Recuperação Judicial e Extrajudicial que deverá estar datada dos últimos 30 (trinta) dias.

7.1.4. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos enviados, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

7.1.5. Havendo a necessidade de envio de documentos complementares à Proposta e/ou à Habilitação, a proponente será convocada a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo máximo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

7.1.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

7.1.6.1. O envio de documentos originais não-digitais, quando necessário, deverá ocorrer no prazo máximo e improrrogável de 02 (dois) dias úteis, admitida a data de protocolo de envio, desde que o comprovante seja enviado dentro do prazo estabelecido ao e-mail licitacao2@pmsrs.mg.gov.br.

7.1.7. Será inabilitada a proponente que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, deixar de enviar a documentação de habilitação por meio de campo próprio do sistema eletrônico ou deixar de enviar documentação complementar quando solicitada pelo(a) Pregoeiro(a), ficando sujeito à aplicação das penalidades previstas neste Edital.

7.1.8. No julgamento das propostas e na análise da habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá sanar erros ou falhas que não alterem os valores e a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

7.1.9. No caso de inabilitação, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos Artigos 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006.

7.1.9.1. Se a proponente remanescente melhor classificada não atender às exigências de habilitação, o(a) Pregoeiro(a), examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

7.1.10. Somente após ficar constatado o atendimento pleno às exigências fixadas neste Edital, a proponente será declarada vencedora.

7.2. Dos procedimentos de conferência da habilitação:

7.2.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação da proponente detentora da proposta classificada em primeiro lugar, o(a) Pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de

participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no Certame ou a futura Contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores;
- CEIS – Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
- CNEP – Cadastro Nacional de Empresas Punidas (www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
- Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);
- Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

7.2.1.1. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa proponente e também de seu sócio majoritário, por força dos Artigos 3º e 12 da Lei Federal N.º 8.429/92, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de Pessoa Jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.2.2. Constatada a existência de sanção, o(a) Pregoeiro(a) inabilitará a proponente, por falta de condição de participação.

7.2.3. Constatada a regularidade o(a) Pregoeiro(a) passará à análise da seguinte documentação:

a) Da comprovação da Habilitação Jurídica:

I – Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

II – Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

III – Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

IV – Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

V – Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

VI – Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

VII – Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

VIII - Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

IX - Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

X - Documento pessoal (CPF e RG frente e verso) do Proprietário, Administrador ou Procurador, conforme for o caso.

a.1.) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

b) Da Regularidade Fiscal, Social e Trabalhista:

I - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) ou no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), conforme o caso;

II - Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

III - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), fornecido pela Caixa Econômica Federal;

IV - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, que poderá ser obtida no site www.tst.jus.br/certidao;

V - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

VI - Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

VII - Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

VIII - O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

b.1.) Para a regularidade fiscal e trabalhista, serão aceitas Certidões Negativas, Positivas com Efeito de Negativa e Certidões Positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

b.2.) Caso a proponente seja considerada isenta de tributos estaduais ou municipais relacionados ao Objeto licitado, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Estadual ou da

Fazenda Municipal da respectiva sede, ou outro documento equivalente que demonstre explicitamente tal isenção.

c) Da Qualificação Econômico-Financeira:

c.1.) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (conforme art. 69, caput, inciso II da Lei Federal N.º 14.133/2021), expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da proponente (no caso de praças com mais de um Cartório Distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos Distribuidores), datada dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

c.2.) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de sua sede ou domicílio ou em outro órgão equivalente, devendo apresentar:

c.2.1.) **Índice de Liquidez Geral (ILG)** igual ou maior que 1 (um). Será considerado como Índice de Liquidez Geral o quociente da soma do Ativo Circulante com o Realizável a Longo Prazo pela soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante.

$$\text{ILG} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE} + \text{REALIZÁVEL A LONGO PRAZO}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}$$

c.2.2.) **Índice de Liquidez Corrente (ILC)** igual ou maior que 1 (um). Será considerado como índice de Liquidez Corrente o quociente da divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante.

$$\text{ILC} = \frac{\text{ATIVO CIRCULANTE}}{\text{PASSIVO CIRCULANTE}}$$

c.2.3.) **Índice de Endividamento (IE)** menor ou igual a 0,5% (cinco décimos por cento). Será considerado Índice de Endividamento o quociente da divisão da soma do Passivo Circulante com o Passivo Não Circulante pelo Patrimônio Líquido.

$$\text{IE} = \frac{\text{PASSIVO CIRCULANTE} + \text{PASSIVO NÃO CIRCULANTE}}{\text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}}$$

c.2.4.) A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital - ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, acompanhado do termo de autenticação eletrônica da Junta Comercial dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário.

c.2.5.) Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

c.2.5.1.) Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação em jornal de grande circulação editado na localidade em que esteja situada a sede da companhia, observado o art. 289 da Lei Federal nº 6.404/76, ressalvada a hipótese das empresas enquadradas no art. 294 daquela legislação, que poderão

fazer a sua apresentação em publicação eletrônica, na forma do disposto na Portaria ME nº 12.071/2021 do Ministério da Economia e suas sucessivas alterações;

c.2.5.2.) Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente, contendo:

c.2.5.2.1.) Quando se tratar de sociedade constituída a menos de um ano, essa deverá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

c.2.5.2.2.) Quando se tratar de sociedade constituída há menos de dois anos, os documentos referidos no item c.2 limitar-se-ão ao último exercício.

c.3.) *A licitante que não alcançar o índice (ou quaisquer dos índices) acima exigido(s), conforme o caso, deverá comprovar que possui patrimônio líquido mínimo igual ou superior a 10% (dez por cento), nos termos do § 4º do art. 69 da Lei Federal nº 14.133/2021 do valor estimado para a contratação.* A comprovação será obrigatoriamente feita pelo balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei.

c.3.1.) Será exigido do consórcio licitante um acréscimo de 10% sobre o valor exigido de licitante individual para fins de habilitação econômico-financeira, conforme o § 1º do art. 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

d) Da Qualificação Técnica:

d.1.) Geral:

I - Juntamente com os documentos de habilitação deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

II - Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

III - Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

IV - O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

V - Não serão considerados os atestados que tenham sido emitidos por empregados ou terceirizados da pessoa jurídica ou que não atendam ao acima disposto.

d.2.) Específica:

d.2.1.) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pelo Ministério de Saúde, juntamente com o documento de habilitação;

d.2.2.) Registro ou Cadastro dos Produtos na ANVISA quando aplicável, considerados válidos os obtidos no site do órgão (Enviar junto com a Proposta Readequada).

- d.2.3.) Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária.
- d.2.4.) Autorização de Funcionamento da empresa para distribuição e transporte de produtos para saúde (correlatos) expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- d.2.5.) Os documentos e certidões solicitadas deverão estar com vigência válida para a contratação.

e) Do atendimento ao Art. 7º, Inc. XXXIII, da Constituição Federal:

I – Declaração de que a proponente não emprega menor de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra de menores de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos.

f) Das condições específicas de habilitação das Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP):

- f.1.) As Microempresas (MEI e ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), na forma da Lei Complementar N.º 123/2006, deverão apresentar todos os documentos referentes à habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, econômico-financeira e técnica, sob pena de inabilitação.
- f.2.) A existência de restrição relativa à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a proponente qualificada como Microempresa (MEI e ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do Edital.
- f.2.1.) Constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal ou trabalhista, a proponente beneficiária da Lei Complementar N.º 123/2006 que tiver sido declarada vencedora será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a pertinente regularização.
- f.2.1.1.) O prazo poderá ser prorrogado por igual período, *a critério da Administração*, quando requerida pela proponente declarada vencedora, mediante apresentação de justificativa.
- f.2.2.) A não regularização no prazo previsto implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultado à Administração convocar as proponentes remanescentes para prosseguimento do Certame, observada a ordem de classificação.
- f.3.) A proponente enquadrada como Microempreendedor Individual (MEI), que tenha comprovado seu enquadramento e que usufrua dos benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar N.º 123/2006, estará dispensada da apresentação de da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal; e, se for o caso, da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

g) Das demais condições:

- g.1.) Em substituição aos documentos de Habilitação Jurídica (alínea a), aos referentes à Regularidade Fiscal e Trabalhista (alínea b) e aos relativos à Avaliação Econômico-Financeira (alínea c), será aceito CRC – Certificado de Registro Cadastral emitido pela Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí / MG, desde que contenha relacionados esses mesmos documentos, com vigência válida.
- g.1.1.) Caso o CRC – Certificado de Registro Cadastral não contenha relacionado quaisquer desses documentos ou os contenha relacionados com vigência vencida, estes devem ser juntados, com vigência válida.

VIII - DOS PROCEDIMENTOS DE JULGAMENTO DA LICITAÇÃO

8.1. Da abertura da Seção Pública, classificação das propostas e formulação de lances:

8.1.1. A abertura da Sessão Pública dar-se-á mediante comando do(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

8.1.2. Durante a Sessão Pública, a comunicação entre o(a) Pregoeiro(a) e a(s) proponente(s) ocorrerá exclusivamente em campo próprio do sistema eletrônico para troca de mensagens, vedada quaisquer outras espécies de comunicações, por quaisquer outros meios.

8.1.2.1. Durante a fase de lances a(s) proponente(s) não poderá(ão) enviar mensagens ao(à) Pregoeiro(a); contudo, receberão as mensagens que for por ele(a) enviadas, sendo acessíveis a todos os participantes.

8.1.3. O(A) Pregoeiro(a) verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

8.1.3.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

8.1.3.2. A não desclassificação da proposta não implica em sua aceitação definitiva, que será levada a efeito somente após o seu julgamento.

8.1.4. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

8.1.5. Iniciada a etapa competitiva, as proponentes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

8.1.6. É incumbência exclusiva das proponentes acompanharem as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

8.1.7. As proponentes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da Sessão e as regras estabelecidas no Edital.

8.1.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo(a) Pregoeiro(a), devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente ao provedor do sistema eletrônico.

8.1.7.1.1. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

8.1.7.2. As proponentes somente poderão oferecer lances inferiores ao último ofertado por elas mesmas.

8.1.7.3. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

8.1.7.4. Durante o transcurso da Sessão Pública, as proponentes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação de quem o propôs.

8.1.7.5. Se o(a) Pregoeiro(a) entender que o lance ofertado é absolutamente inexequível deverá excluí-lo do sistema, a fim de não prejudicar a competitividade.

8.1.7.5.1. Considera-se absolutamente inexequível a proposta que reduzir o valor do último lance ofertado em mais de 85% (oitenta e cinco por cento).

8.1.8. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível às proponentes para a recepção dos lances.

8.1.8.1. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a Sessão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do(a) Pregoeiro(a) aos participantes do Certame, por meio de publicação no sítio eletrônico oficial do Município e no Portal de Compras Públicas, www.portaldecompraspublicas.com.br, onde serão divulgadas data e hora para a sua reabertura.

8.2. Do modo de disputa:

8.2.1. Neste Processo Licitatório será adotado o modo de disputa **ABERTO E FECHADO**, onde as proponentes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

8.2.1.1. No modo de disputa **ABERTO E FECHADO** a etapa de envio de lances da Sessão Pública terá duração de quinze minutos, ao fim dos quais o sistema eletrônico encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de *até dez minutos, aleatoriamente determinado*, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.2.1.2. Encerrado o prazo de que trata o subitem anterior, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um *lance final e fechado em até cinco minutos*, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.2.1.2.1. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

8.2.1.2.2. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições supra descritas, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.2.1.3. Encerrados os prazos estabelecidos, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

8.2.1.4. *Na ausência de lance final e fechado haverá o reinício da etapa fechada para que as demais proponentes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.*

8.2.1.5. *Na hipótese de não haver proponente classificada na etapa de lance fechado* que atenda às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) poderá, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada.

8.2.2. Caso as proponentes não apresentem lances, concorrerão com o valor de suas propostas e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá sempre o último lance ofertado.

8.3. Do empate ficto:

8.3.1. Consideram-se empate ficto as situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) forem iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

8.3.2. Ocorrendo a situação de empate ficto, como critério de desempate, será assegurado às Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) o direito de preferência de que trata os Arts. 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006, mediante a adoção dos seguintes procedimentos:

8.3.2.1. A Microempresa (MEI e ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP) mais bem classificada, cuja proposta estiver no intervalo estabelecido no item 8.3.1, será convocada para, querendo, apresentar nova proposta de preço

inferior àquela classificada com o menor preço obtido, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

8.3.2.2. Não apresentada proposta na condição acima referida, serão convocadas as Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), no intervalo estabelecido acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.3.2.3. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP) que se encontrem em situação de empate, será efetuado sorteio aleatório entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

8.3.2.4. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos Arts. 44 e 45 da Lei Complementar N.º 123/2006.

8.3.3. Na hipótese de Licitação destinada à participação exclusiva de Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), ou de declaração de proponente vencedora enquadrada como Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP), será dado prosseguimento ao Certame, considerando como empate apenas a ocorrência de valores idênticos, e apenas quando esse valor for ofertando por proponente que também se enquadre como Microempresas (MEI e ME) ou Empresas de Pequeno Porte (EPP); e, nessa situação, será realizado sorteio aleatório.

8.3.4. A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

8.3.5. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

8.3.5.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

8.3.5.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

8.3.5.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

8.3.5.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

8.3.6. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

8.3.6.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

8.3.6.2. empresas brasileiras;

8.3.6.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

8.3.6.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

8.4. Da proposta vencedora:

8.4.1. A proposta declarada vencedora será inserida, na fase de Aceitação, no campo “Valor Negociado”, com a devida justificativa.

8.5. Da negociação direta:

8.5.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o(a) Pregoeiro(a) encaminhará contraproposta à proponente que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, para que seja obtida melhor proposta.

8.5.2. A negociação será realizada exclusivamente por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais proponentes.

8.6. Da aceitabilidade da proposta vencedora:

8.6.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do Objeto.

8.6.1.1. O(a) Pregoeiro(a) verificará se a proponente provisoriamente classificada em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021, legislação correlata e no item 3.3 deste Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa.

8.6.3. O(A) Pregoeiro(a) convocará a proponente para enviar, digitalmente, a proposta readequada e atualizada em conformidade com o último lance ofertado no prazo máximo de 02 (duas) horas, por meio de campo próprio do Sistema, sob pena de desclassificação, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

8.6.3.1. O prazo poderá ser prorrogado uma única vez, pela metade do prazo estabelecido, a critério do(a) Pregoeiro(a), desde que justificadamente solicitado, antes de findo o prazo estabelecido.

8.7. Do exame da Proposta:

8.7.1. Em nenhuma hipótese poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação a prazo e especificações do serviço ofertado ou qualquer condição que importe modificação dos seus termos originais, ressalvadas apenas aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

8.7.2. Serão desclassificadas as propostas que contenham preços excessivos, assim entendidos quando apresentarem valores globais ou unitários acima do valor de referência obtido para o respectivo Objeto.

8.7.2.1. A desclassificação por valor excessivo ocorrerá quando o Pregoeiro, após a negociação direta, não obtiver oferta inferior ao preço máximo fixado.

8.7.3. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preços, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, o(a) Pregoeiro(a) poderá determinar a realização de diligências para comprovação da exequibilidade e/ou esclarecer o que se precisar.

8.7.3.1. O(A) Pregoeiro(a), assistido pela Equipe de Apoio, poderá realizar quaisquer diligências necessárias para averiguar a conformidade da proposta com as especificações previstas no Termo de Referência, vedada a juntada de documentos e informações que deveriam constar inicialmente da proposta.

8.7.4. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta ou lance subsequente, e assim sucessivamente, respeitada a ordem de classificação e adotados os critérios supra estabelecidos.

8.7.4.1. Sempre que houver desclassificação de uma proposta e o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação da eventual ocorrência do empate ficto, seguindo-se a disciplina supra estabelecida, se for o caso.

8.7.5. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

8.7.6.1. contiver vícios insanáveis;

8.7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

8.7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

8.7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

8.7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital e seus anexos, desde que insanável;

8.7.7. No caso dos produtos e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

8.7.7.1. A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

8.7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

8.7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

IX - DA FASE DE RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação, ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1. Declarado o vencedor, qualquer proponente poderá, **durante a Sessão Pública**, de forma imediata, em campo próprio do Sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 20 (vinte) minutos.

9.1.1. A falta de manifestação imediata e motivada importará na decadência do direito, ficando o(a) Pregoeiro(a) autorizado a adjudicar o Objeto à proponente declarada vencedora.

9.2. Diante da manifestação da intenção de recurso o(a) Pregoeiro(a) não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.3. Os interessados que porventura queiram ter vista do Processo Licitatório após a Sessão Pública poderão comparecer à Divisão de Licitação, sita à Rua Cel. Joaquim Neto, 333, Bairro Centro, nesta Cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, de segunda-feira à sexta-feira, das 08h30min às 16h00min.

9.4. Recebida a intenção de recurso, a proponente deverá apresentar as razões no prazo de 03 (três) dias úteis, ficando as demais proponentes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contrarrazões em igual prazo, contado do término do prazo da recorrente.

9.5. As razões e contrarrazões serão recebidas exclusivamente por meio de campo próprio no sistema eletrônico.

9.5.1. Não serão recebidas ou conhecidas razões de recurso e contrarrazões entregues diretamente ao(a) Pregoeiro(a) ou enviadas por quaisquer outros meios (e-mail, fax, correspondência, etc.).

9.6. Caberá ao(a) Pregoeiro(a) receber, examinar e instruir os recursos interpostos contra seus atos, podendo reconsiderar suas decisões no prazo de 03 (três) dias úteis ou, neste mesmo prazo, fazê-lo subir devidamente informado à Autoridade competente para a decisão final.

9.6.1. Caso o recurso seja enviado para decisão da Autoridade competente, este o decidirá no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento.

9.7. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.8. *Não serão conhecidos os recursos apresentados fora dos prazos, subscritos por representantes não habilitados legalmente ou não identificados no Processo para responder pela recorrente.*

9.9. Tendo havido recurso e transcorridos os prazos cabíveis, será emitida Decisão, a qual será dada a conhecer por meio de publicação no sítio eletrônico do Município (www.pmsrs.mg.gov.br) e do sistema eletrônico (www.portaldecompraspublicas.com.br).

X - DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. A Autoridade Competente adjudicará o Objeto da Licitação à proponente classificada em primeiro lugar e homologará o Certame.

XI - DA ATA DA SESSÃO

11.1. Da Sessão Pública deste Certame lavrar-se-á ata circunstanciada na qual será registrado o resumo das ocorrências havidas, consignando-se o rol de empresas participantes, preços ofertados, propostas eventualmente desclassificadas com a respectiva fundamentação, ordem de classificação provisória, lances verbais ofertados, classificação definitiva e adjudicação e eventual manifestação de interpor recurso(s).

XII - DO(S) PREÇO(S) E DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S)

12.1. Os preços que vigorarão a prestação de serviços e/ou fornecimento dos itens serão os preços finais ofertados pela(s) proponente(s) vencedora(s).

12.2. O preço compreenderá *todos os custos*, diretos e indiretos, necessários ao fornecimento, de modo que nenhuma outra remuneração será devida além do valor proposto.

12.3. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições avençadas nesta cláusula, em face da superveniência de normas Federais e Municipais sobre a matéria.

12.4. O(s) recurso(s) necessário(s) às despesas advindas de contratações oriundas deste Processo Licitatório onerarão a(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

02.06.02.10.301.1001.2.421.339030 - 311 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica - FNS / Material de Consumo.

XIII - DOS TERMOS E INSTRUMENTOS VINCULANTES

13.1. Da Ata de Registro de Preços:

13.1.1. Homologado o presente Certame, o Município de Santa Rita do Sapucaí / MG lavrará documento denominado **Ata de Registro de Preços**, com os preços das propostas classificadas em primeiro lugar, devidamente registrados, os quais **terão validade por 12 (doze) meses**.

13.1.2. A Ata de Registro de Preços será lavrada em 2 (duas) vias destinadas a registro e arquivamento.

13.1.3. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 03 (três) dias contados da data da convocação, que será enviada por quaisquer meios de comunicação.

13.1.3.1. O prazo para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, desde que haja tempestiva e formal solicitação da adjudicatária.

13.1.3.2. *O desatendimento ao prazo estabelecido implicará na decadência do direito à contratação, e ensejará a aplicação das sanções previstas neste Edital.*

13.1.4. Alternativamente à assinatura presencial, a Ata de Registro de Preços poderá ser encaminhada por e-mail para que seja assinada e devolvida dentro do prazo estabelecido no item 13.1.3, admitida a data de protocolo de envio.

13.1.4.1. O envio da Ata de Registro de Preços por e-mail deverá ser solicitado tempestiva e formalmente pela signatária; ato pelo qual toma compromisso de enviar, dentro do mesmo prazo previsto no item 13.1.3, uma cópia assinada e digitalizada da Ata de Registro de Preços e o comprovante de postagem ao e-mail licitacao2@pmsrs.mg.gov.br.

13.1.4.1.1. A solicitação e o envio da Ata de Registro de Preços por e-mail não dilatam o prazo estabelecido no item 13.1.3, que sempre se contará a partir da data da convocação.

13.1.5. Quando a proponente vencedora não apresentar situação de habilitação regular no ato da assinatura da Ata de Registro de Preços, ou recusar-se a assiná-la, será convocada outra proponente, *observada a ordem de classificação*, para, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar a Ata de Registro de Preços.

13.1.5.1. A ocorrência do previsto no item anterior ensejará a abertura de Processo Administrativo Sancionatório com fins de aplicação das sanções cabíveis previstas neste Edital e das demais cominações legais à adjudicatária irregular e/ou desistente.

13.1.6. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta vencedora, integrarão a Ata de Registro de Preços, *independente de transcrição.*

13.1.7. A fiscalização a ser empreendida para garantir a integral e correta execução do estabelecido na Ata de Registro de Preços ficará a cargo do(s) Servidor(es) indicado(s) no Termo de Referência.

13.1.7.1. Todos os demais Órgãos da Administração Pública, dentro de suas competências, prestarão serviço auxiliar de fiscalização, podendo, inclusive, emanar orientações técnicas e demandar a abertura de Processo Administrativo Sancionatório para apuração de fatos e possível aplicação de penalidades cabíveis.

13.1.8. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do Objeto deste Processo Licitatório.

13.1.9. A Registrada não poderá caucionar ou utilizar Ata de Registro de Preços firmada com o Município de Santa Rita do Sapucaí /MG para qualquer espécie de operação financeira.

13.2. Do Contrato:

13.2.1. As obrigações decorrentes desta Licitação poderão consubstanciar-se em Instrumento Contratual.

13.2.2. O prazo para assinatura da Instrumento Contratual será de 03 (três) dias contados da data da convocação, que será enviada por quaisquer meios de comunicação.

13.2.2.1. O prazo para assinatura do Instrumento Contratual poderá ser prorrogado uma única vez e por igual período, *desde que haja tempestiva e formal solicitação da adjudicatária.*

13.2.2.2. *O desatendimento ao prazo estabelecido implicará na decadência do direito à contratação, e ensejará a aplicação das sanções previstas neste Edital.*

13.2.3. Alternativamente à assinatura presencial, o Instrumento Contratual poderá ser encaminhado por e-mail para que seja assinado e devolvido dentro do prazo estabelecido no item 13.2.2, admitida a data de protocolo de envio.

13.2.3.1. O envio do Instrumento Contratual por e-mail deverá ser solicitado tempestiva e formalmente pela signatária; ato pelo qual toma compromisso de enviar, dentro do mesmo prazo previsto no item 13.1.2, uma cópia assinada e digitalizada do Instrumento Contratual e o comprovante de postagem ao e-mail licitacao2@pmsrs.mg.gov.br.

13.2.3.1.1. A solicitação e o envio do Instrumento Contratual por e-mail não dilatam o prazo estabelecido no item 13.2.2, que sempre se contará a partir da data da convocação.

13.2.4. Quando a proponente vencedora não apresentar situação de habilitação regular no ato da assinatura do Instrumento Contratual, ou recusar-se a assiná-lo, será convocada outra proponente, *observada a ordem de classificação*, para, feita a negociação e comprovados os requisitos de habilitação, assinar o Instrumento Contratual.

13.2.4.1. A ocorrência do previsto no item anterior ensejará a abertura de Processo Administrativo Sancionatório com fins de aplicação das sanções cabíveis previstas neste Edital e das demais cominações legais à adjudicatária irregular e/ou desistente.

13.2.5. O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta vencedora, integrarão o Instrumento Contratual, independente de transcrição.

13.2.6. A fiscalização a ser empreendida para garantir a integral e correta execução do estabelecido no Instrumento Contratual ficará a cargo do(s) Servidor(es) indicado(s) no Termo de Referência.

13.2.6.1. Todos os demais Órgãos da Administração Pública, dentro de suas competências, prestarão serviço auxiliar de fiscalização, podendo, inclusive, emanar orientações técnicas e demandar a abertura de Processo Administrativo Sancionatório para apuração de fatos e possível aplicação de penalidades cabíveis.

13.2.7. É vedada a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do Objeto deste Processo Licitatório.

13.2.8. A Contratada não poderá caucionar ou utilizar o Contrato firmado com o Município de Santa Rita do Sapucaí /MG para qualquer espécie de operação financeira.

XIV - DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

14.1. Da solicitação do(s) Serviço(s):

14.1.1. A solicitação do(s) serviço(s) será feita conforme necessidade da Secretaria solicitante, mediante pedido encaminhado ao Setor de Pedidos de Compras da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí / MG para posterior emissão da Ordem de Fornecimento (OF).

14.1. Da Entrega do(s) Produto(s) e entrega da Nota Fiscal:

14.1.1. Os produtos deverão ser devidamente lacrados e deverão conter na embalagem a origem e a data de validade.

14.1.2. Quando aplicável, os produtos deverão ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de vida útil, o que será conferido no ato da entrega.

14.1.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), no(s) seguinte(s) endereço(s):

→ Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde - Rua Barão do Rio Branco, 297, Centro, nesta cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

14.1.4. Juntamente com os produtos deverá ser entregue a respectiva Nota Fiscal, para conferência e aceite pelo Fiscal do Contrato, e/ou pelo Almoхарife, e/ou por outro Servidor especificamente designado, e posterior encaminhamento à Divisão de Compras.

14.1.5. Verificada a não-conformidade dos produtos, as correções necessárias deverão ser promovidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas; do contrário, serão aplicadas as penalidades cabíveis previstas na legislação pertinente, no Edital e nos Instrumentos Vinculantes firmados.

14.3. Da Vigência da Ata de Registro de Preços:

14.3.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

14.4. Da Vigência do Contrato:

14.4.1. O prazo de vigência da contratação ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

14.4.2. O Contrato poderá ser prorrogado, quando atender ao disposto no Art. 107 da Lei Federal Nº. 14.133/21, de acordo com o Interesse Público.

14.4.2.1. Na ocorrência de Prorrogação Contratual, após 12 (doze) meses da apresentação da proposta, os valores poderão ser reajustados de acordo com o IPCA ou, na falta dele, por outro índice que venha a substituí-lo, juntado prévio parecer da Secretaria Municipal de Fazenda.

XV - DO PAGAMENTO

15.1. Recebimento:

15.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

15.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

15.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

15.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 24 (vinte e quatro) horas.

15.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

15.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

15.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

15.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

15.2. Liquidação:

15.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo máximo de:

- a) 15 (quinze) dias corridos, no caso das despesas de valor superior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21; e
- b) 05 (cinco) dias úteis, no caso de despesas de valor igual ou inferior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

15.2.2. Não será liquidada a despesa cuja nota fiscal não corresponda aos itens entregues.

15.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 15.2.3.1. o prazo de validade;
- 15.2.3.2. a data da emissão;
- 15.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 15.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 15.2.3.5. o valor a pagar; e
- 15.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

15.3. Prazo de pagamento

15.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de:

- a. até 7 (sete) dias úteis, contados da data da Liquidação da Despesas, com relação às obrigações de baixo valor, ou seja, aqueles cujo valor seja igual ou inferior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.
- b. no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da Liquidação das Despesas, no que diz respeito aos demais casos.

15.3.2. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

15.3.3. *Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à Secretaria Municipal contratante.*

15.3.4. O pagamento efetuado pelo Município estará sujeito a eventuais retenções expressamente previstas em Lei, se for o caso.

15.4. Forma de pagamento

15.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

XVI - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

16.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de acordo com o que preceitua o Art. 125, da Lei Federal N.º 14.133/21.

XVII - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO OBJETO DO CONTRATO

17.1. A Contratada *não poderá* subcontratar, ceder ou transferir o Objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, sob pena de rescisão.

XVIII - DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES

18.1. Da Contratada:

18.1.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

18.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

- 18.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 18.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 18.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 18.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 18.1.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 18.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 18.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 18.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 18.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco ou dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 18.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 18.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Objeto.
- 18.1.17. Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.
- 18.1.18. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, inclusive sua situação regular junto ao INSS, ao FGTS e às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, mediante o recolhimento das contribuições e impostos respectivos.
- 18.1.19. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.

18.1.20. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas na fiscalização.

18.1.21. Assumir todas as despesas e providências necessárias à execução do Contrato (licenças, alvarás, autorizações, etc.), quando se fizerem necessárias.

18.1.22. Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do vínculo de seus empregados, assumindo, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, não cabendo qualquer espécie de solidariedade à Contratante.

18.1.23. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de realização.

18.1.24. Quando no ato da entrega for observado que o produto entregue não condiz com a especificação contida no Edital, o mesmo será recusado, cabendo à contratada custear o retorno.

18.2. Da Contratante:

18.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

18.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

18.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

18.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

18.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

18.2.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

18.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

18.2.8. Notificar o contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

18.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2.10. Prestar as informações necessárias à execução do Contrato por parte da Contratada.

18.2.11. Prestar o apoio necessário à Contratada para que seja alcançado o Objeto do Contrato, em toda a sua extensão, desde que por esse apoio não venha a assumir ônus adicionais.

18.2.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de quaisquer Órgãos da Administração Municipal, que, dentro de sua competência, poderão determinar medidas para a correta execução do Objeto, garantindo o fiel cumprimento das normas aplicáveis.

18.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados e/ou os produtos entregues em desacordo com o Contrato e com as obrigações definidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.

XIX - DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

19.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv. **Multa:**
 - 1. Moratória de 1% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (dias) dias.
 - i. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
 - 2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

19.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

19.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

19.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante.

19.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021 que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

19.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

19.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

19.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

19.10. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas e publicadas no Quadro de Avisos e no sítio eletrônico do Município (www.pmsrs.mg.gov.br).

19.2. Dos Motivos de Rescisão Contratual:

19.2.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

19.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.2.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

19.2.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.2.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.2.4.3. Indenizações e multas.

19.2.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

XX - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. O presente Edital, com todos os seus Anexos, estará disponível gratuitamente no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no sítio eletrônico do Município (www.pmsrs.mg.gov.br) e no Portal de Compras Públicas (www.portaldecompraspublicas.com.br).

20.2. As informações relativas à presente Licitação poderão ser obtidas na Divisão de Licitação, situada à Rua Cel. Joaquim Neto, 333, Bairro Centro, neste Município de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, ou pelos telefones: (35) 3473-3217 ou (35) 3473-3237, das 08h30min às 11h00min e das 13h30min às 16h00min, ou pelo e-mail licitacao2@pmsrs.mg.gov.br, até o terceiro dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a abertura da Sessão Pública.

20.2.1. *As dúvidas a serem dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal.*

20.3. Fica a proponente ciente de que *a apresentação proposta na Sessão implica na aceitação incondicional de todas as condições deste Edital e seus Anexos, não podendo invocar desconhecimento dos termos do Edital ou das disposições legais que regem a matéria para furtar-se ao cumprimento de suas obrigações.*

20.4. *O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará o afastamento da proponente, desde que possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão de sua proposta, durante a realização da Sessão Pública.*

20.5. *As normas disciplinadoras da Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.*

20.6. O presente Processo Licitatório poderá ser revogado por razões de interesse público devidamente justificadas, ou anulado por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, observado o disposto no Art. 71 da Lei Federal N.º 14.133/21.

20.6.1. A anulação do Processo Licitatório induz à anulação do Contrato.

20.6.2. A revogação do Processo Licitatório antes da celebração do Contrato, bem como a anulação por motivo de ilegalidade, não gera obrigação de indenizar.

20.7. A Comissão Contratante ou a Autoridade competente, em qualquer fase da Licitação, poderão promover diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, *vedada a posterior inclusão de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.*

20.7.1. O não atendimento ou não apresentação do que for solicitado em diligência poderá ensejar a inabilitação ou desclassificação da proponente.

20.8. *As proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.*

20.8.1. *A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a*

imediate desclassificação da proponente, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do Instrumento Vinculante, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

20.9.1. *Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí /MG.*

20.10. Todos os horários mencionados neste Edital são referentes ao horário oficial de Brasília, excluídas quaisquer outras variações.

20.11. A homologação do resultado desta Licitação não implicará direito à contratação.

20.12. *As cópias físicas de quaisquer documentos deste Processo Licitatório poderão ser disponibilizadas no prazo de até 15 (quinze) dias, mediante requerimento da parte interessada.*

20.12.1. *As cópias impressas ou xerografadas pela Administração, gerarão ônus à requerente, a ser quitado previamente, no valor de R\$ 0,40 (Quarenta Centavos de Real) por cópia, pagos por meio de Documento de Arrecadação Municipal – DAM, na rede credenciada.*

20.13. *Todas as informações apresentadas neste Ato Convocatório e seus Anexos são complementares entre si, de modo que qualquer detalhe que se mencione em um local e se omita em outro, será considerado especificado e válido.*

20.14. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da legislação vigente.

20.15. O foro da Comarca de Santa Rita do Sapucaí / MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente Licitação e da aplicação do presente Edital.

XXI – DOS ANEXOS INTEGRANTES DO EDITAL

21.1. Integram este Edital como anexos, *independente de transcrição*, os seguintes documentos:

21.1.1. **Anexo I** – Termo de Referência;

21.1.2. **Anexo II** – Formulário padronizado de Proposta;

21.1.2. **Anexo III** – Modelo de Declaração de pleno atendimento aos requisitos de Habilitação;

21.1.3. **Anexo IV** – Modelo de Declaração de que não emprega menor de idade;

21.1.4. **Anexo V** – Minuta da Ata de Registro de Preços;

21.1.5. **Anexo VI** – Minuta de Contrato.

Santa Rita do Sapucaí/MG, 26 de Junho de 2025.

Aline Lima Monteiro Machado
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos
(competência delegada pelo Dec. Mun. N.º 16.692/2025)

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 – REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

TIPO: “MENOR PREÇO POR ITEM” – MODO DE DISPUTA: “ABERTO E FECHADO”

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DAS SECRETARIAS SOLICITANTES

1.1. Secretaria Municipal de Saúde

2. DO OBJETO

2.1. Constitui Objeto do presente Processo Licitatório a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.**

2.1. DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1.1. As especificações e quantidades constam na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.:	QUANT.
1	Abridor de boca Molt Adulto - Instrumento articulado não cortante. Feito em aço inoxidável. Totalmente autoclavável. Validade Indeterminada. Tamanho aproximado: 14cm Similar ao 6B Invent.	Unid.	4
2	Abridor de boca Molt Infantil - Instrumento articulado não cortante. Feito em aço inoxidável. Totalmente autoclavável. Validade Indeterminada. Tamanho aproximado: 10cm Similar ao 6B Invent.	Unid.	4
3	Água oxigenada 10 volumes, concentração solução de peróxido de hidrogênio 3% - embalagem contendo 100ml cada.	Unid.	10
4	Agulhas descartáveis gengival siliconizada 30G curta, em aço inoxidável, com bisel trifacetado, fabricada em liga aço inoxidável, com niquelação galvânica; rosca tipo padrão imperial; com frisos internos para melhor adaptação das agulhas em qualquer Carpole, esterilizada com óxido de etileno, embalagem individual, tipo capa protetora rígida, com lacre central; validade de 05 anos. Caixa com 100 unidades. Similar Procure.	Caixa	60

5	Alça labial para localizador apical	Unid.	5
6	Alginato tipo II (presa normal) para impressão ,sabor tutti-frutti, material biocromático(muda de cor),excelente elasticidade e compatibilidade com gesso, contém clorhexidina Embalagem com 410 gramas.	Pacote	80
7	Alicate perfurador de lençol de borracha em aço inox	Unid.	5
8	Anestésico cloridrato de lidocaína 2% sem vasoconstritor(injetável) caixa com 50 tubetes com 1,8ml cada.(dispensada a apresentação da amostra apenas apresentação de catálogo)	Caixa	1
9	Anestésico cloridrato de lidocaína 2% com epinefrina 1:100.000 com vaso (injetável) caixa com 50 tubetes de vidro com 1,8ml, acondicionados em blisters lacrados com 10 tubetes em cada cartela	Caixa	120
10	Anestésico tópico em gel, contendo 200mg/g de Benzocaína, sabot T. Frutti. Pote com 12g	Unid.	40
11	Aplicadores descartáveis p/ adesivo de resina tamanho fino - embalagem com 100 unidades.	Unid.	100
12	Azul De Metileno 0,01% Embalagem com 10 Seringas de 1ml cada. Registro na Anvisa	Caixa	2
13	Babador descartável com dupla camada contendo 1 camada de plástico e outra de papel absorvente,pacote com 100 unidades.	Pacote	80
14	Barreira gengival fotopolimerizável embalagem contendo uma seringa de 2,5g com 3 pontas aplicadoras, fotopolimerizável em 20 a 30 segundos, fácil aplicação e fácil remoção. Viscosidade ideal (não escorre). Possui grande poder de vedação. Disponíveis nas cores azul e verde.	Unid.	40
15	Bicarbonato de sódio 40g com 15 sachês	Caixa	5
16	Bloco papel carbono para articulação - embalagem com 12 folhas.	Unid.	60
17	Broca AR cônica denteada cirúrgica nº 702 C	Unid.	20
18	Broca AR cônica denteada cirúrgica nº 701 C	Unid.	20
19	Broca de baixa rotação esférica nº 01	Unid.	10
20	Broca de baixa rotação esférica nº02	Unid.	10
21	Broca de baixa rotação esférica nº03	Unid.	10
22	Broca de baixa rotação esférica nº04	Unid.	20
23	Broca de baixa rotação esférica nº05	Unid.	20
24	Broca de baixa rotação esférica nº06	Unid.	10
25	Broca de baixa rotação esférica nº07	Unid.	10
26	Broca diam AR cilíndrica topo plano nº 1090	Unid.	20

27	Broca diam AR cilíndrica topo plano nº 1092	Unid.	20
28	Broca diam AR cônica invertida nº 1031 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	10
29	Broca diam AR cônica topo em chama nº 2200	Unid.	20
30	Broca diam AR cônica topo em chama nº 3203	Unid.	5
31	Broca diam AR para acabamento nº 1190 F	Unid.	10
32	Broca diam AR para acabamento nº 3118FF	Unid.	20
33	Broca diam AR para acabamento nº 3168F	Unid.	20
34	Broca diam AR para acabamento nº 3195F	Unid.	30
35	Broca diam AR para acabamento nº 3195FF	Unid.	20
36	Broca diam. AR nº 1035 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	20
37	Broca diam. AR cônica topo plano nº 4130 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	5
38	Broca diam. AR esférica nº 1013 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	20
39	Broca diam. AR esférica nº 1011 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	30
40	Broca diam. AR esférica nº 1016 HL em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	30
41	Broca diam. AR esférica nº 1011 HL em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	20
42	Broca diam. AR esférica nº 1012 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	30
43	Broca diam. AR esférica nº 1012 HL em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	20
44	Broca diam. AR esférica nº 1014 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	30
45	Broca diam. AR esférica nº 1014HL em aço inox c/ grãos de diamante natural	Unid.	20
46	Broca diam. AR esférica nº 1015 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	30
47	Broca diam. AR esférica nº 1016 em aço inox c/ grãos de diamante natural	Unid.	30
48	Broca diam. AR nº 1112 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	10
49	Broca diam. AR nº 2135 em aço inox e c/ grãos de diamante natural	Unid.	20
50	Broca diam AR cônica extremidade arredondada nº 2135	Unid.	30
51	Broca diam. AR tipo lápis nº 3082	Unid.	20
52	Broca Endo Z alta rotação em aço inoxidável	Unid.	20
53	Broca tipo Gates glidden Nº 3 baixa rotação (32 mm)	Unid.	20
54	Broca Zecria alta rotação em aço inoxidável 28mm	Unid.	30
55	Cabo para espelho em aço inox	Unid.	20
56	Cartão para RX com 01 furos, pacotes com 50 unidades (em papel 240g/m2)	Unid.	20

57	Cartão para RX com 02 furos, pacotes com 50 unidades (em papel 240g/m2)	Unid.	20
58	Cartão para RX com 05 furos, pacotes com 50 unidades (em papel 240g/m2)	Unid.	20
59	Cera periférica nº 6 (caixa com 40 bastões)	Caixa	15
60	Cimento biocerâmico obturador (base e forramento de restaurações); utilizado como proteção pulpar direta e indireta; dessensibilizante dentinário; adequação do meio para dentes decíduos e dentes permanentes; adequação do meio para pacientes especiais; preenchimento de cavidades com esmalte sem suporte dentário para dentes posteriores e anteriores, presa rápida (inicial de 5 minutos), elevando o pH do dente a 12 após 3h da aplicação, resistência a compressão 40Mpa após 24h e 65Mpa após 21 dias. Pó 10g na cor gelo e líquido 12ml. Similar Cimmo DTA	Caixa	20
61	Cimento biocerâmico obturador biológico composto por óxidos minerais na forma de finas partículas hidrofílicas, para obturações endodônticas em monobloco (sem guta percha) e convencionalmente, com cone único de guta poercha. Indicado para pluj apical, retroobturaç�o, reabsorç�o interna e externa; proteç�o pulpar direta e indireta (dentes anteriores); preenchimento de cavidades com esmalte sem suporte dentin�rio(dentes anteriores). Hidr�filo, consist�ncia flow, presa lenta, p� na cor branca, radiopaco, hiperdensidade comparada ao Alum�nio, alcalinidade: PH 10 que em 3h se estabiliza em 12; tempo de presa inicial de 10 minutos e final de 30 minutos. Similar ao Cimmo HP.	Caixa	20
62	Cimento de zinco usado para cimentaç�o de incrustaç�es e coroas (liq com 10ml)	Unid.	5
63	Cimento de zinco usado para cimentaç�o de incrustaç�es e coroas(p� com 28g)	Unid.	5
64	Cimento endod�ntico a base de hidr�xido de c�lcio polim�rico, biocompat�vel, para canais radiculares, composto de pasta base e pasta Catalisadora. Este material estimula a r�pida cicatrizaç�o e reparaç�o tecidual na regi�o apical de um dente tratado endodonticamente. Sua formulaç�o n�o cont�m Eugenol, o que evita eventuais sensibilidades p�s-operat�rias, pois n�o irrita os tecidos. Embalagem contendo 1 frasco com 12g de base; 01 frasco com 18g de catalisador; tempo de presa: menos de uma hora; f�cil manipulaç�o e �tima ader�ncia �s paredes radiculares; �tima radiopacidade e fluidez adequada; baixa contraç�o. Similar ao Sealapex	Caixa	15
65	Cimento obturador provis�rio, indicado para fechamento tempor�rio de cavidades dentais em tratamento endod�ntico, n�o contem eugenol, cor branco, pote com 25 g ,tempo de endurecimento entre 15 a 30 minutos.	Unid.	80
66	Colgadura individual para prender pel�cula de raio x	Unid.	10
67	Condensador de Guta McSpadden n� 55 25mm Confeccionado em n�quel tit�nio. Embalagem com 04 unidades	Pacote	30
68	Cone de guta percha (FM) com 120 unidades	Caixa	30

69	Cones de guta percha (M) - caixa com 120 unidades. Cones acessórios para obturações dos condutos radiculares, por meio de técnicas de condensação lateral e/ou vertical, à base de gutapercha, óxido de zinco e corante orgânico com 28mm de comprimento, matéria prima selecionada, alta radiopacidade. Ótima estabilidade dimensional e flexibilidade; Alta qualidade no produto final; Facilidade de visualizar a imagem em raio X.	Caixa	40
70	Cones de papel absorvente (1ª série) Nº 25 caixa com 120 unidades	Caixa	30
71	Cones de papel absorvente (1ª série) Nº 30 caixa com 120 unidades.	Caixa	20
72	Cones de papel absorvente (1ª série) Nº 35 caixa com 120 unidades.	Caixa	20
73	Cones de papel absorvente (1ª série) Nº 40 caixa com 120 unidades.	Caixa	20
74	Cones de papel absorvente (1ª série) Nº 45 caixa com 120 unidades.	Caixa	20
75	Cones de papel absorvente (1ª série) Nº 50 - caixa com 120 unidades.	Caixa	20
76	Conjunto de aspiração endodôntico com uma cânula e 3 agulhas sem bisel nos diâmetros 2,0mm, 1,5mm, 1,0mm	Caixa	5
77	Coroa transparente refil para dentes anteriores. Dentes 11/21 - 8.0 mm. Composto em cloreto de polivinila (PVC). Maior facilidade para remoção da coroa após o uso. Possibilidade de uso com resina composta, bisacrilica ou acrilica. Tratamento interno antiaderente. Embalagem com 5 unidades. Similar a TDV.	Pacote	5
78	Coroa transparente refil para dentes anteriores. Dentes 11/21 - 8.5 mm. Composto em cloreto de polivinila (PVC). Maior facilidade para remoção da coroa após o uso. Possibilidade de uso com resina composta, bisacrilica ou acrilica. Tratamento interno antiaderente. Embalagem com 5 unidades. Similar a TDV.	Pacote	5
79	Coroa transparente refil para dentes anteriores. Dentes 11/21 - 9.0 mm. Composto em cloreto de polivinila (PVC). Maior facilidade para remoção da coroa após o uso. Possibilidade de uso com resina composta, bisacrilica ou acrilica. Tratamento interno antiaderente. Embalagem com 5 unidades. Similar a TDV.	Pacote	5
80	Coroa transparente refil para dentes anteriores. Dentes 12/22 - 6.5 mm. Composto em cloreto de polivinila (PVC). Maior facilidade para remoção da coroa após o uso. Possibilidade de uso com resina composta, bisacrilica ou acrilica. Tratamento interno antiaderente. Embalagem com 5 unidades. Similar a TDV.	Pacote	5
81	Coroa transparente refil para dentes anteriores. Dentes 12/22 - 7.0 mm. Composto em cloreto de polivinila (PVC). Maior facilidade para remoção da coroa após o uso. Possibilidade de uso com resina composta, bisacrilica ou acrilica. Tratamento interno antiaderente. Embalagem com 5 unidades. Similar a TDV.	Pacote	5

82	Coroa transparente refil para dentes anteriores. Dentes 12/22 - 7.5 mm. Composto em cloreto de polivinila (PVC). Maior facilidade para remoção da coroa após o uso. Possibilidade de uso com resina composta, bisacrilica ou acrilica. Tratamento interno antiaderente. Embalagem com 5 unidades. Similar a TDV.	Pacote	5
83	Crepe dental com flúor 90 gramas, não abrasivo, com teor de flúor de 1500 ppm, bisnaga plástica com aproximadamente 90 gramas, com selo de aprovação da associação brasileira de odontologia (A.B.O) e com registro no ministério da saúde, com validade superior a 18 meses, no momento da entrega.	Unid.	300
84	Cubetas de Silicone grande - 500ml para manipulação de gessos e alginatos. fabricada em PVC extensível. Sua forma e flexibilidade tornam a homogeneização mais precisa, garantindo melhor uso do produto. Não deve ser utilizado com produtos que contenham solventes ou ácidos na formulação. Incolor.	Unid.	3
85	Cunha de madeira natural com 100 unidades	Caixa	20
86	Curativo de alvéolo (própolis 10%, Iodoformio 5%, cera de abelha espessante) frasco c/ 10g	Unid.	20
87	Cureta Gracey 5- 8, em aço inoxidável	Unid.	10
88	Cureta Gracey 7- 8, em aço inoxidável	Unid.	10
89	Cureta McCall 13-14 , em aço inoxidável	Unid.	10
90	Cureta McCall 17-18, em aço inoxidável	Unid.	10
91	E.D.T.A 17% solução (agente quelante) solução com 500ml	Unid.	15
92	Enxaguatório bucal solução de Digluconato de Clorexidina a 0,12%, antisséptico para os microorganismos gram positivos e negativos e para algumas leveduras. Frasco de 01 litro. Prazo de validade 36 meses da data de fabricação.	Unid.	40
93	Escova de Robson para profilaxia para contra-ângulo reta	Unid.	600
94	Escova dental adulto com cerdas em nylon, macia, quatro fileiras, 34 tufo de cerdas, anatômico, com protetor de cerdas, aparadas uniformemente e arredondada, medida de 18 cm cada, cores variadas. Aprovada pela Associação Brasileira de Odontologia - ABO	Unid.	3200
95	Escova dental KIDS de 23 a 29 tufo com protetor de cerdas medindo 13 cm, para crianças de 01 a 03 anos, cores variadas, aprovada pela Associação Brasileira de Odontologia - ABO(escova para bebê)	Unid.	4000
96	Espátula Nº 7	Unid.	5
97	Espátula simples nº 24 em aço inox, autoclavável.	Unid.	10
98	Espátulas de inserção Nº 1 em aço inox com 17 cm de comprimento	Unid.	15
99	Espelho bucal nº 5 caixa com 12 unidades	Unid.	15

100	Eugenol, Líquido incolor ou amarelo, de odor forte, frasco de vidro âmbar com 20 ml.	Unid.	8
101	Filtro para destilador de água Cristófoli com reservatório de 4L de água comum (para reposição) (dispensada a apresentação de amostra, obrigatória apresentação de catálogo)	Unid.	4
102	Fio agulhado de nylon,nº 4, agulha 24mm, 3/4 de círculo, monofilamento preto. Embalagem com 24 unidades cada	Unid.	10
103	Fio agulhado de seda Nº 4, agulha 17mm, tipo triangular, 1/2 de círculo, embalagem com 24 unidades cada.	Unid.	15
104	Fio de sutura cirúrgico absorvível nº4. Fio de 70cm, com agulha CT1/2 1,5cm. Caixa com 36 unidades	Unid.	1
105	Fio dental encerado de 25m, para remoção de placa bacteriana interproximal, confeccionado em nylon resistente, lubrificado com cera natural, livre de impurezas, embalagem com cortador metálico em aço inoxidável, que corte o fio sem desfiá-lo, embalado individual em saquinho de plástico.	Unid.	2000
106	Fita adesiva para autoclave,para esterilização a vapor, medindo 19mm x 30 m, com aderência a variedades de pacotes, incluindo papel e tecido de algodão, coloração bege sem listras antes da utilização passando a bege com listras negras bem identificáveis após a autoclavagem.Confeccionada em papel crepe à base de fibra de celulose, com tinta termoreativa, estireno, butadieno, resinas acrílicas, adesivo a base de borracha natural e resina.	Unid.	200
107	Fita banda matriz metálica em aço inox, apresentado em bobina, pode ser cortado do tamanho desejado, fabricada em aço inoxidável. Espessura de 5mm x 0,05mmx3m.	Unid.	70
108	Fita banda matriz metálica em aço inox, apresentado em bobina, pode ser cortado do tamanho desejado, fabricada em aço inoxidável. Espessura de 7mmx 0,05 x 3m .	Unid.	70
109	Fixador para RX, composto por tiosulfatode amônia 10-15%, solução pronta para uso, processamento manual, embalado em frasco com 475ml	Unid.	50
110	Flúor gel tópico de 200ml para tempo de aplicação de 1min, cor rosa	Unid.	30
111	Foice McCall 1-10	Unid.	10
112	Formocresol (líquido)	Unid.	10
113	Frasco plástico de 40 ml transparente, atóxico, resistente, com dimensões de 70 x 30 mm (altura x diâmetro) próprio para transporte de peça cirúrgica destinada a biópsia. Com tampa de rosca estanque com vedação adequada para evitar vazamentos, boca larga na mesma dimensão do frasco. Possuir rótulo com informações de lote, validade, procedência e campos para informações do paciente. Possuir registro na Anvisa. Deve conter 20ml de formol tamponado 10%. Embalagem com 100 unidades.	Unid.	2

114	Gesso pedra, 1Kg, utilizado na confecção de modelos protéticos de baixa resistência. Confeccionado à base de gripsita desidratada. O gesso deverá apresentar tempo de presa inicial de aproximadamente 15 minutos e final de no máximo 40 minutos, oferecer um tempo de trabalho de 03 minutos.	Unid.	80
115	Grampo para isolamento absoluto nº 206 confeccionado em aço inox de maior resistência e memória elástica; Tempera triplice para eliminar fragilidade ou quebra;	Unid.	5
116	Grampo para isolamento absoluto nº 209 confeccionado em aço inox de maior resistência e memória elástica; Tempera triplice para eliminar fragilidade ou quebra;	Unid.	5
117	Grampo para isolamento absoluto nº202 confeccionado em aço inox de maior resistência e memória elástica; Tempera triplice para eliminar fragilidade ou quebra	Unid.	5
118	Grampo para isolamento absoluto nº26 confeccionado em aço inox de maior resistência e memória elástica; Tempera triplice para eliminar fragilidade ou quebra	Unid.	5
119	Hemostático de uso tópico; contém cloreto de alumínio em sua composição que age principalmente como um adstringente. Considerado seguro e eficaz. Os tecidos envolvidos retornam a sua condição normal em 01 hora; pode ser utilizado por pacientes cardíacos devido à ausência de epinefrina. Efetivo controle de sangramento; ausência de epinefrina; não mancha tecidos duros e/ou moles; seguro e eficaz. Embalagem com 10ml Similar a Hemostank	Unid.	20
120	Hidróxido de cálcio radiopaco (com um tubo de pasta base, um tubo de pasta catalizadora e um bloco).	Unid.	20
121	Hipoclorito de sódio a 2% para irrigação dos canais radiculares. Frasco 01 litro.	Unid.	25
122	Iodofórmio em pó	Unid.	10
123	Ionômero de vidro restaurador. Cimento de presa rápida. Possui uma boa adesão ao esmalte e à dentina sendo desnecessário a criação de retenções. Biocompatível. Maior capacidade de liberação de flúor com finalidade anticariogênica. Maior capacidade de recarga de flúor. Com troca iônica comprovada. Libera uma grande quantidade de íons de cálcio (Ca), fosfato (P), flúor (F) e estrôncio (Sr) em altos níveis auxiliando na remineralização da estrutura dental. Autopolimerizável, resistente, excelente adaptação marginal, baixa erosão ácida. Indicado para restaurações que utilize a técnica de Tratamento Restaurador Atraumático (ART); lesões por ab-fração, restaurador intermediário e como base para classes I e II usando a técnica de sanduíche, restaurações pequenas Classe I e II. dentes decíduos, restaurações geriátricas, restaurações Classe V, núcleos, restaurações cervicais, restaurações provisórias. Embalagem com 6g Líquido + 10g de pó + Acessórios. Similar ao RIva Self Cure	Unid.	90
124	Lâmina de bisturi em aço inox ,esterilizadas Nº. 10, Embalagem com 100 unidades	Unid.	3
125	Lâmina de bisturi em aço inox ,esterilizadas Nº. 12, Embalagem com 100 unidades	Unid.	3
126	Lâmina de bisturi em aço inox, esterilizadas Nº. 15, Embalagem com 100 unidades	Unid.	3

127	Lamparina Hannau Odontológico utilizada para plastificação de ceras na montagem de dentes em próteses dentárias, enceramento de dentes, individualização de moldes, etc. Capacidade para 100ml; acompanha base de apoio. Similar Mac Dental	Unid.	2
128	Lençol de borracha tamanho 13,0 cm X 13,0 cm , cor azul, aroma tutti-frutti, embaladas individualmente, caixas com 26 unidades com registro no Ministério da Saúde.	Unid.	40
129	Lentulo, confeccionado em aço inox de origem sueca. Espiral de segurança nº 25 de 25mm - cx c/ 4 unidades	Unid.	10
130	Lentulo, confeccionado em aço inox de origem sueca. Espiral de segurança nº 30 de 25mm - cx c/ 4 unidades	Unid.	10
131	Lentulo, confeccionado em aço inox de origem sueca. Espiral de segurança nº 35 de 25mm - cx c/ 4 unidades	Unid.	10
132	Lima Plástica Limpeza Canais Radiculares; Numeração: 25/04; Caixa com 48 unidades	Unid.	10
133	Lima rotatória nº15.06 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	Unid.	30
134	Lima rotatória nº18.04 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	Unid.	30
135	Lima rotatória nº20.04 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	Unid.	30

136	Lima rotatória nº25.06 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	Unid.	30
137	Lima recíprocante nº 20.06 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	Unid.	30
138	Lima recíprocante nº 25.06 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	Unid.	30
139	Lima recíprocante nº 35.04 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	Caixa	30
140	Lima Wave.one Gold 20/07 primary 25mm para endodontia caixa com 3 unidades	Caixa	20
141	Lima Wave.one Gold 25/07 primary 25mm para endodontia caixa com 3 unidades	Caixa	30
142	Lima Wave.one Gold 35/06 primary 25mm para endodontia caixa com 3 unidades	Caixa	20
143	Lima Wave.one Gold 45/05 large 25mm para endodontia caixa com 3 unidades	Caixa	20
144	Limas TIPO K (caixa contendo limas de número 8) 25mm	Caixa	15
145	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 10) 25mm	Caixa	20

146	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 10) 31mm	Caixa	30
147	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 15) 25mm	Caixa	30
148	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 15) 31mm	Caixa	30
149	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 20) 25mm	Caixa	20
150	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 25) 25mm	Caixa	10
151	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 30) 25mm	Caixa	10
152	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 35) 25mm	Caixa	10
153	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 40) 25mm	Caixa	10
154	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 45) 25mm	Caixa	10
155	Limas TIPO K (caixa contendo limas do número 50) 25mm	Caixa	10
156	Lixa de acabamento e polimento dental 4mmX170mm caixa com 150 unidades	Caixa	5
157	Maçarico Portátil Recarregável modelo 1 chama, em metal, controle manual da chama; utiliza refil de gás butano; temperatura da chama: 1300°C, fácil manuseio; formato anatômico; botão de acendimento automático, acompanha 2 refis	Unid.	1
158	Mandril para contra ângulo - adaptador para discos de polimentos	Unid.	20
159	Material de moldagem: contendo 01 pote de silicone de 1 kg, para moldagem, resistente à deformação, cor verde, aroma menta. O silicone deverá reduzir a compressão da mucosa na fase de inserção na boca. Possuindo tempo de trabalho e presa variáveis segundo a quantidade de catalisador. 01 tubo de silicone de condensação, 140ml, material de moldagem de consistência, tempo de trabalho e presa rápidos. Aroma e cor de laranja, 72 horas de estabilidade dimensional. 01 tubo de silicone de condensação e catalisador gel, 60ml. Cor vermelha. Alquilaestanossiloxano 5% - 7%.	Unid.	1
160	Material para impressão a base de silicone de condensação pasta fluída ,indicado para moldagem com 120g	Unid.	20
161	Material para impressão a base de silicone de condensação, catalisador indicado para moldagens de alta precisão com 50g	Unid.	20
162	Material restaurador intermediário composto de Eugenol 99,5%, ácido acético 0,5% - marfim líquido vidro com 15 ml	Unid.	8
163	Material restaurador intermediário indicado para restaurações provisórias, presa rápida, alta resistência a compressão, composto de óxido de zinco , poli metacrilato de metilana cor marfim em pó vidro com 38 gramas	Unid.	8

164	Óculos de Proteção contra raios UVA e UVB, apoio nasal e proteção lateral no mesmo material da lente, hastes tipo espátula com ajuste de comprimento para melhor adaptação ao rosto do usuário, lentes em policarbonato com tratamento anti-riscos, abas laterais de proteção armação preta e hastes reguláveis (SS1 CA 17345)	Unid.	15
165	Óleo mineral spray lubrificante de baixa viscosidade 2 em 1 para lubrificar e limpar peças de mão odontologica. Embalagem de 200ml.	Unid.	20
166	Oxido de zinco, pote com 50 gramas	Unid.	8
167	Paramono clorofenol canforado (liquido)	Unid.	20
168	Pasta CTZ para tratamento endodontico em dentes deciduos. Composição: 62,5mg de cloranfenicol + 62,5 mg de tetraciclina + 125mg de óxido de zinco. Pote contendo 5 g	Unid.	10
169	Pasta de Hidróxido de Cálcio para uso Endodôntico - pasta de hidróxido de cálcio a 35% numa solução aquosa. Efeito antibacteriano. Estimula a formação de dentina secundária. Permite remover os resíduos facilmente do canal com uma solução de ácido cítrico a 20% e a ponta NaviTip FX. Único que flui através da fina ponta NaviTip29ga. Aplicação com precisão. Elevado pH de 12,5. Radiopaco e biocompatível. Pasta branca e viscosa. Embalagem contendo: 1 seringa de 1,2ml (1,76g) + 1 ponta NaviTip 29 ga de 25mm + 1 ponta NaviTip 29ga de 27mm. Registro na Anvisa. Similar a Ultradent.	Unid.	30
170	Pasta Profilática com flúor, indicada para utilização em procedimentos de limpeza, remoção de detritos, manchas, placas bacterianas e polimento, como parte do tratamento profissional de profilaxia de cáries e doenças periodontais. Possui sabor refrescante, abrasivos adequadamente dosados e promove maior proteção contra cáries. bisnaga com 90 gramas.	Unid.	40
171	Pasta Zincoenólica frasco com 120g	Unid.	1
172	Pedra para afiar materiais cortantes goiva nº186	Unid.	2
173	Pedra pomes em pó fina - embalagem de 01 KG	Unid.	10
174	Película para Raio X periapical , adulto intra oral, com 150 unidades, medindo 31mm X 35mm, cor azul, velocidade E, com alta qualidade da imagem; contraste elevado; menor necessidade de exposição à radiação; embalagem extra macia com os cantos arredondados, tornando a tomada mais confortável ao paciente.	Unid.	25
175	Película para Raio X periapical , infantil intra oral, com 100 unidades; medindo 22mmX35mm, cor roxa, velocidade E, que forneça imagens nítidas e de alto contraste.	Unid.	8

176	Periôto duplo, curvo e reto, nº12 em aço inox	Unid.	5
177	Pinças clinicas curvas em aço inox	Unid.	20
178	Pontas de sugadores descartáveis com arame em aço especial p/ fixação desejada - pacote com 40 unidades	Unid.	200
179	Ponteira para fotopolimerizador fibra ótica para reposição compatível com aparelho fotopolimerizador DABI DB 686	Unid.	4
180	Porta matriz em aço inox	Unid.	10
181	Posicionador radiográfico autoclavável, kit com 6 peças + pote de armazenamento	Unid.	5
182	Pote Dappen de vidro incolor	Unid.	10
183	Reembasador: Material de reembasamento rígido permanente desenvolvido para restaurar o ajuste original da dentadura em uma única consulta. É indicado quando ocorrer uma contração do tecido (reabsorção) fazendo com que dentaduras imediatas, reparadas e até mesmo próteses adequadamente confeccionadas tornem-se soltas e sejam necessários ajustes. Em vez de se repetir todo o processo para confecção de uma dentadura nova, muitas vezes vantajoso fazer um simples reembase corretivo diretamente na boca. Kit com 01 frasco com 40g de pó cor de rosa com veias + 01 frasco com 50mL de liquido + 01 frasco com 10ml de adesivo + 01 dosador de pó + 01 dosador de liquido. Reembasador corretivo odontológico base de resina Devido sua formula suave assegura maior aceitação e cooperação por parte do paciente. O pó é tão fino que obtém uma consistência densa e não irá absorver odores, sabores ou manchas. Devido ao fato de ser tão fino, irá moldar melhor o tecido, resultando em uma ótima adaptação. Ira virtualmente misturar-se com qualquer dentadura. Cada perola do acrílico tem a sua própria cor rosa. Devido ao fato de o pigmento não ser adicionado posteriormente ao material, não irá branquear ou sofrer descoloração. E um acrílico de polimerização reversa, isto significa que polimeriza de dentro para fora. Isto garante uma união química e permanente que não irá soltar ou descascar, tudo isto em um procedimento simples e fácil de poucos minutos. Similar ao New Truliner.	Caixa	2
184	Refil para tamborel, em poliéster, descartável em pacotes com 50 unidades	Unid.	40
185	Resina foto para reposição nº A 2 - Material restaurador fotopolimerizável por luz e radiopaco, para uso em restaurações anteriores e posteriores. Possui tamanho máximo de partículas de 4, 5 micrometros. O filler é zirconia/ sílica representando 71% em volume. Contem parte orgânica com Bis- GMA (bisfenol.A glicildimitacilato); TEG DMA (Trietilen glicoldimetacilato, zirconia/sílica).	Unid.	30

186	Resina foto para reposição nº A 3,5 - Material restaurador fotopolimerizável por luz e radiopaco, para uso em restaurações anteriores e posteriores. Possui tamanho máximo de partículas de 4, 5 micrometros. O filler é zirconia/ sílica representando 71% em volume. Contem parte orgânica com Bis- GMA (bisfenol.A glicildimitacilato); TEG DMA (Trietileno glicoldimetacilato, zirconia/sílica).	Unid.	50
187	Resina foto para reposição nº A1 - Material restaurador fotopolimerizável por luz e radiopaco, para uso em restaurações anteriores e posteriores. Possui tamanho máximo de partículas de 4, 5 micrometros. O filler é zirconia/ sílica representando 71% em volume. Contem parte orgânica com Bis- GMA (bisfenol.A glicildimitacilato); TEG DMA (Trietileno glicoldimetacilato, zirconia/sílica).	Unid.	20
188	Resina foto para reposição nº B 2 - Material restaurador fotopolimerizável por luz e radiopaco, para uso em restaurações anteriores e posteriores. Possui tamanho máximo de partículas de 4, 5 micrometros. O filler é zirconia/ sílica representando 71% em volume. Contem parte orgânica com Bis- GMA (bisfenol.A glicildimitacilato); TEG DMA (Trietileno glicoldimetacilato, zirconia/sílica).	Unid.	25
189	Resina foto para reposição nº A 3 - Material restaurador fotopolimerizável por luz e radiopaco, para uso em restaurações anteriores e posteriores. Possui tamanho máximo de partículas de 4, 5 micrometros. O filler é zirconia/ sílica representando 71% em volume. Contem parte orgânica com Bis- GMA (bisfenol.A glicildimitacilato); TEG DMA (Trietileno glicoldimetacilato, zirconia/sílica).	Unid.	40
190	Revelador para RX, composto por hidroquinona 2%, em solução pronta para uso, processamento manual, em frasco d e 475 ml.	Unid.	40
191	Roleta de algodão para fins odontológicos, produzidos com fibras naturais, 100% puro de algodão hidrófilo, levemente engomado por intermédio de um tratamento especial, com grande poder de absorção, pacote com 100 unidades.	Pacote	350
192	Sela Broca estojo de silicone para Broca odontológicas que realiza a esterilização, armazenamento, separação e organização das Broca, com 04 unidades. Registro na anvisa. Similar Led.Click	Unid.	20
193	Selante para fósulas e fissuras com flúor fotopolimerizavel por luz visível, matizado, contendo 5 seringas com 2g cada, uma seringa de acido gel com 3ml e 20 pontas de aplicadores descartáveis.	Unid.	5
194	Seringa Carpule articulada em aço inox com seguro dispositivo refluxo-pino de pressão ao invés de arpão que provoca deformação do pistão de borracha do tubete.	Unid.	10
195	Seringa endodôntica em aço inox para aplicação de Callen	Unid.	6
196	Seringas de ácido fosfórico a 37% + clorexidina a 2% para condicionamento para resina.	Unid.	250

197	Sistema Adesivo; Fotopolimerizável; Frasco c/ 6 ml, Reposição do Single Bond (3M Espe); Composto basicamente por Bis-Gma, Hema, Diuretano Dimetacrilato, Copolímeros, Canforoquinona, carga 10% Silica Coloidal; embalado individualmente em envelope rígido plástico; constando externamente marca comercial, procedência, recomendações de uso e armazenamento. Validade mínima de 02 anos da data de entrega.	Unid.	60
198	Sistema de acabamento enhance com 7 pontas de chama de vela. Composição: Tripolimero (Estierno-Butodieno-Metacrilato de Metila, Silica Pirolítica Silanizada, Uretano Dimetacrilato, Canforoquinona, N- Metil Dietanolamina, Óxido de Alumínio. Livre de látex. Uso único - não autoclavável. Validade 3 anos a partir da data de fabricação. Registro na ANVISA. Similar a Enhance Dentsply	Unid.	5
199	Sistema de acabamento enhance com 7 pontas sortidas	Unid.	10
200	Solução amena de ácido poliacrílico desenvolvida para remover parcialmente a "smear layer" de dentina e esmalte. Este processo aumenta a adesão do cimento de ionômero de vidro a estrutura do dente. Possui 11.5% de ácido poliacrílico, indicado para restaurações de ionômero de vidro que precisam de condicionamento antes da aplicação. Frasco com 10ml. Similar ao Riva Conditioner	Unid.	5
201	Sonda exploradora nº 5 em aço inox	Unid.	30
202	Tamborel de plástico esterelizável em autoclave na cor azul para suporte de limas endodônticas	Unid.	5
203	Tentacanula, material confeccionado em Aço Inox, Autoclavável, 15 cm. Registro na Anvisa	Unid.	5
204	Tesoura íris ponta fina curva 12 cm	Unid.	10
205	biólogico Teste para autoclave caixa com 100 ampolas	Unid.	5
206	Teste de vitalidade para endo com 200ml	Caixa	20
207	Tira de aço de 4mm, abrasivas para amálgama. Envelopes com 12 unidades cada.	Unid.	30
208	Tira de poliéster transparente medindo 10mmX120mmX 0,05mm pacote com 50 unidades	Unid.	15
209	Tricresol formalina 10 ml	Unid.	20
210	Vaselina sólida 90g	Unid.	30

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

3.1. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA

3.1. Os produtos deverão ser devidamente lacrados e deverão conter na embalagem a origem e a data de validade.

3.1.2. Quando aplicável, os produtos deverão ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de vida útil, o que será conferido no ato da entrega.

3.1.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), no(s) seguinte(s) endereço(s):

→ Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde - Rua Barão do Rio Branco, 297, Centro, nesta cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

4. JUSTIFICATIVA E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. A Política Nacional de Saúde Bucal – Programa Brasil Sorridente é uma política pública federal que garante ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal da população brasileira. O Brasil Sorridente reúne uma série de ações para ampliação do acesso ao tratamento odontológico gratuito, por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

4.2. O Brasil Sorridente tem interface com diversas ações e programas do Ministério da Saúde. O Programa amplia os procedimentos clínicos restauradores e preventivos para os usuários do SUS, bem como a prevenção e promoção de saúde bucal junto à comunidade através das equipes de Estratégia de Saúde da Família/Postos de Saúde, Unidades Odontológicas Móveis, Centros de Especialidades Odontológicas e hospitais, além dos Laboratórios Regionais de Prótese Dentária.

4.3. Os procedimentos realizados demandam de materiais de consumo odontológico para execução dos serviços.

4.4. Sendo assim, faz-se necessário à solicitação de empresa para aquisição de material de consumo odontológico, para execução do programa de saúde bucal no Município de Santa Rita do Sapucaí / MG.

4.5. Portanto, é nesse diapasão que se faz necessária e justificada a contratação de empresa para a prestação de serviço objetivada neste Processo Licitatório, uma vez que são fundamentais e imprescindíveis para atender às necessidades oriundas das finalidades precípuas da Secretaria Municipal de Saúde.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

5.1. A solução proposta para atender às demandas do Município de Santa Rita do Sapucaí consiste na **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.**

5.2. As aquisições de materiais inseridos nesse Termo de Referência se justificam por serem materiais que atuam diretamente nos procedimentos odontológicos, além de aumentar a qualidade dos procedimentos, acompanhando as constantes inovações tecnológicas do mercado.

5.3. O quantitativo dos itens segue alinhado com o consumo dos anos anteriores, porém leva-se em conta a crescente demanda no cenário econômico atual.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1. Sustentabilidade:

6.1.1. Com relação aos critérios de sustentabilidade, os produtos deverão respeitar as normas e os princípios ambientais, minimizando ou mitigando os efeitos dos danos ao meio ambiente, utilizando, sempre que possível e disponível, tecnologias e materiais ecologicamente corretos, bem como promovendo a racionalização de recursos naturais.

6.2. Subcontratação:

6.2.1. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

6.3. Garantia da contratação:

6.3.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7. EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Da solicitação do(s) Serviço(s):

7.1.1. A solicitação do(s) serviço(s) será feita conforme necessidade da Secretaria solicitante, mediante pedido encaminhado ao Setor de Pedidos de Compras da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí / MG para posterior emissão da Ordem de Fornecimento (OF).

7.2. Da Entrega do(s) Produto(s) e entrega da Nota Fiscal:

7.2.1. A entrega do(s) produto(s) deverá ser realizada nos moldes do item 3.1 deste termo.

7.2.2. Juntamente com os produtos deverá ser entregue a respectiva Nota Fiscal, para conferência e aceite pelo Fiscal do Contrato, e/ou pelo Almoxarife, e/ou por outro Servidor especificamente designado, e posterior encaminhamento à Divisão de Compras.

7.2.3. Verificada a não-conformidade dos produtos, as correções necessárias deverão ser promovidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas; do contrário, serão aplicadas as penalidades cabíveis previstas na legislação pertinente, no Edital e nos Instrumentos Vinculantes firmados.

8. GESTÃO DO CONTRATO

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

8.6. O gestor do contrato será considerado o ordenador de despesas da unidade orçamentária requisitante.

8.6. Fiscalização:

8.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

8.6.2. O fiscal do contrato acompanhará sua execução, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 22, VI);

8.6.3. O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 15.495, de 2023, art. 22, II);

8.6.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 22, III);

8.6.5. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 22, IV).

8.6.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 22, V).

8.6.6. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 22, VII).

8.7. Fiscalização Administrativa:

8.7.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 15.495, de 2023).

8.7.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 23, IV).

8.8. Gestor do Contrato

8.8.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de fornecimento, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório

com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 21, IV).

8.8.1. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 21, II).

8.8.2. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 21, III).

8.8.3. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico e administrativo quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 21, VIII).

8.8.4. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 21, X).

8.8.5. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 15.495, de 2023, art. 21, VI).

8.8.6. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao Setor de Liquidação para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTOS

9.1. Recebimento:

9.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

9.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

9.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

9.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

9.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

9.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

9.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.2. Liquidação:

9.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo máximo de:

- a) 15 (quinze) dias corridos, no caso das despesas de valor superior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21; e
- b) 05 (cinco) dias úteis, no caso de despesas de valor igual ou inferior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

9.2.2. Não será liquidada a despesa cuja nota fiscal não corresponda aos itens entregues.

9.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 9.2.3.1. o prazo de validade;
- 9.2.3.2. a data da emissão;
- 9.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 9.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 9.2.3.5. o valor a pagar; e
- 9.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

9.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

9.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. Prazo de pagamento

9.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de:

- a. até 7 (sete) dias úteis, contados da data da Liquidação da Despesas, com relação às obrigações de baixo valor, ou seja, aqueles cujo valor seja igual ou inferior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

b. no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da Liquidação das Despesas, no que diz respeito aos demais casos.

9.3.2. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

9.3.3. *Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à Secretaria Municipal contratante.*

9.3.4. O pagamento efetuado pelo Município estará sujeito a eventuais retenções expressamente previstas em Lei, se for o caso.

9.4. Forma de pagamento

9.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

9.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

9.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

9.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

9.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

10.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

10.2. Forma de fornecimento

10.2.1. O fornecimento do objeto será parcelado.

10.3. Habilitação jurídica

10.3.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

10.3.2. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

10.3.3. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal - SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no

Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

10.3.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

10.3.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

10.3.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei n.º 5.764, de 16 de dezembro 1971.

10.3.8. Agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n.º 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

10.3.9. Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

10.3.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

10.4. Habilitação fiscal, social e trabalhista.

10.4.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

10.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta n.º 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

10.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

10.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943;

10.4.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

10.4.6. Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] e [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

10.4.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

10.4.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

10.5. Qualificação Econômico-Financeira

10.5.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II.

10.6. Qualificação Técnica

10.6.1. Geral:

10.6.1.1. Juntamente com os documentos de habilitação deverá ser apresentada comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

10.6.1.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

10.6.1.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

10.6.1.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

10.6.1.5. Não serão considerados os atestados que tenham sido emitidos por empregados ou terceirizados da pessoa jurídica ou que não atendam ao acima disposto.

10.7. Específicos:

10.7.1. Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE) emitida pelo Ministério de Saúde, juntamente com o documento de habilitação;

10.7.2. Registro ou Cadastro dos Produtos na ANVISA quando aplicável, considerados válidos os obtidos no site do órgão (Enviar junto com a Proposta Readequada).

10.7.3. Alvará Sanitário expedido por órgão de Vigilância Sanitária.

10.7.4. Autorização de Funcionamento da empresa para distribuição e transporte de produtos para saúde (correlatos) expedida pela ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.

10.7.5. Os documentos e certidões solicitadas deverão estar com vigência válida para a contratação.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 273.330,90 (duzentos e setenta e três mil, trezentos e trinta reais e noventa centavos)**

11.2. O custo estimado unitário de caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas.

12. VIGÊNCIA DO CONTRATO

12.1. O prazo de vigência da contratação ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

12.2. O Contrato poderá ser prorrogado, quando atender ao disposto no Art. 107 da Lei Federal Nº. 14.133/21, de acordo com o Interesse Público.

12.2.1. Na ocorrência de Prorrogação Contratual, após 12 (doze) meses do início da vigência, os valores poderão ser reajustados de acordo com o IPCA ou, na falta dele, por outro índice que venha a substituí-lo, juntado prévio parecer da Secretaria de Fazenda.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

13.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

- 02.06.02.10.301.1001.2.421.339030 - 311 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica - FNS / Material de Consumo.

14. DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES

14.1. Da Contratada:

14.1.1. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Objeto.

14.1.2. Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.

14.1.3. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, inclusive sua situação regular junto ao INSS, ao FGTS e às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, mediante o recolhimento das contribuições e impostos respectivos.

14.1.4. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.

14.1.5. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas na fiscalização.

14.1.6. Assumir todas as despesas e providências necessárias à execução do Contrato (licenças, alvarás, autorizações, etc.), quando se fizerem necessárias.

14.1.7. Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do vínculo de seus empregados, assumindo, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, não cabendo qualquer espécie de solidariedade à Contratante.

14.1.8. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de realização. 14.1.9. Quando no ato da entrega for observado que o produto entregue não condiz com a especificação contida no Edital, o mesmo será recusado, cabendo à contratada custear o retorno.

14.2. Da Contratante:

- 14.2.1. Prestar as informações necessárias à execução do Contrato por parte da Contratada.
- 14.2.2. Prestar o apoio necessário à Contratada para que seja alcançado o Objeto do Contrato, em toda a sua extensão, desde que por esse apoio não venha a assumir ônus adicionais.
- 14.2.3. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de quaisquer Órgãos da Administração Municipal, que, dentro de sua competência, poderão determinar medidas para a correta execução do Objeto, garantindo o fiel cumprimento das normas aplicáveis.
- 14.2.4. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados e/ou os produtos entregues em desacordo com o Contrato e com as obrigações definidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.

15. DA COMISSÃO DE APOIO TÉCNICO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

15.1. As secretarias cujos fiscais de contrato foram designados servidores comissionados não possuem servidores efetivos com funções administrativas, somente cargos operacionais.

15.1. Secretaria Municipal de Saúde:

- 15.1.1. Comporá a Comissão de Apoio Técnico a servidora Marguerita de Cássia Ferreira Dionisio Florêncio.
- 15.3.2. A fiscalização do contrato estará a cargo da Servidora Marguerita de Cássia Ferreira Dionisio Florêncio.
- 15.3.3 A responsabilidade da execução documental do Contrato estará a cargo da Servidora Paula Eduarda dos Santos Costa.
- 15.3.4. A responsabilidade da execução material e prática do Contrato estará a cargo da Secretária Municipal de Saúde.

ANEXO II - FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025
PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025
TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM" - MODO DE DISPUTA: "ABERTO E FECHADO"

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

FORMULÁRIO PADRONIZADO DE PROPOSTA

D E C L A R A Ç Ã O

Razão Social: _____
CNPJ: _____ Insc. Estadual: _____ Insc. Municipal: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ Telefone: _____ E-mail: _____
Representante Legal: _____
RG: _____ CPF: _____ Telefone: _____

DECLARA sobre sua proposta:

1. Estar ciente de que o envio de proposta em desacordo com o estabelecido neste Edital, ou o descumprimento das diligências determinadas pelo(a) Pregoeiro(a) e/ou pela Autoridade competente, acarretará na desclassificação da proposta, sem prejuízo da instauração de Processo Administrativo Sancionatório contra a proponente.
2. Prazo de validade da proposta: _____
3. Prazo de execução dos serviços e/ou entrega dos produtos: _____
4. Valor Global da Proposta: _____ (_____)
5. Pleno acordo com o Edital e seus Anexos, aceitando o que ali se estabelece, obrigando-se a tudo cumprir conforme o estabelecido.

Na(s) página(s) que se segue(m), vai a proposta de valores unitários e totais por item, dos serviços.

_____, ____ de _____ de _____.

ASS. E CARIMBO DO REP. LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DO CNPJ

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade
1	384.000.272	ABRIDOR D.BOCA.BORRAC.INFANTIL - INSTRUMENTO UN ARTICULADO NÃO CORTANTE. FEITO EM AÇO INOXIDÁVEL. TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA. TAMANHO APROXIMADO: 10CM SIMILAR AO 6B INVENT.	UN	4
2	384.000.271	ABRIDOR DE BOCA MOLT ADULTO - INSTRUMENTO ARTICULADO UN NÃO CORTANTE. FEITO EM AÇO INOXIDÁVEL. TOTALMENTE AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE INDETERMINADA. TAMANHO APROXIMADO: 14CM SIMILAR AO 6B INVENT.	UN	4
3	384.000.442	AGULHA DESCARTAVEL 30G-100UN AGULHAS DESCARTAVEIS CX GENGIVAL SILICONIZADA 30G CURTA, EM AÇO INOXIDAVEL, COM BISEL TRIFACETADO, FABRICADA EM LIGA AÇO INOXIDAVEL,COM NIQUELACAO GALVANICA, ROSCA TIPO PADRAO IMPERIAL; COM FRISOS INTERNOS PARA MELHOR ADAPTACAO DAS AGULHAS EM QUALQUER CARPULE , ESTERILIZADA COM OXIDO DE ETILENO, EMBALAGEM INDIVIDUAL, TIPO CAPA PROTETORA RIGIDA, COM LACRE CENTRAL; VALIDADE DE 05 ANOS. CAIXA COM 100 UNIDADES. SIMILAR PROCARE.	CX	60
4	384.001.301	ALCA LABIAL P/ LOCALIZ. APICAL ALCA LABIAL PARA UN LOCALIZADOR APICAL.	UN	5
5	384.000.275	ALGINATO TIPO II (PRESA NORMAL)PARA IMPRESSAO, SABOR PT TUTTI-FRUTTI, MATERIAL BIOCROMATICO (MUDA DE COR),EXCELENTE ELASTICIDADE E COMPATIBILIDADE COM GESSO, CONTEM CLORHEXIDINA. EMBALAGEM COM 410 GRAMAS.	PT	80
6	384.001.001	ALICATE PERFURADOR DE LENCOL DE BORRACHA, EM AÇO UN INOX.	UN	5
7	384.000.747	ANESTESICO CLORID.LIDOCAINA ANESTESICO CLORIDRATO CX DE LIDOCAINA 2% COM EPINEFRINA 1:100.000 COM VASO (INJETAVEL) CAIXA COM 50 TUBETES DE VIDRO COM 1.8ML, ACONDICIONADOS EM BLISTERS LACRADOS COM 10 TUBETES CADA CARTELA.	CX	120
8	384.000.387	ANESTESICO LIDOCAINA 2% S/VASO ANESTESICO CX CLORIDRATO DE LIDOCAINA 2% SEM VASO CONSTRITOR (INJETAVEL) CAIXA COM 50 TUBETES COM 1,8 ML CADA.(DISPENSADA A APRESENTACAO DA AMOSTRA APENAS APRESENTACAO DE CATALAGO).	CX	1
9	384.001.243	ANESTESICO TOPICO GEL ANESTÉSICO TÓPICO EM GEL,UN CONTENDO 200MG/G DE BENZOCAÍNA, SABOT T. FRUTTI. (EM PAPEL 240G/M2)	UN	40
10	384.001.246	APLICADORES DESCARTAVEIS- APLICADORES DESCARTAVEIS CX P/ ADESIVO DE RESINA TAMANHO FINO - EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	CX	100
11	384.001.240	AZUL DE METILENO 0,01% EMBALAGEM COM 10 SERINGAS DE PT 1ML CADA. REGISTRO NA ANVISA	PT	2
12	384.000.182	BABADOR DESCARTAVEL COM DUPLA CAMADA CONTENDO 1PT CAMADA DE PLASTICO E OUTRA DE PAPEL ABSORVENTE,PACOTE COM 100 UNIDADES.	PT	80
13	384.001.292	BARREIRA GENGIVAL FOTOPOLIMER. EMBALAGEM UN CONTENDO UMA SERINGA DE 2,5G COM 3 PONTAS APLICADORAS, FOTOPOLIMERIZAVEL EM 20 A 30 SEGUNDOS FACIL APLICACAO E FACIL REMOCAO. VISCOSIDADE IDEAL (NAO ESCORRE).POSSUI GRANDE PODER DE VEDACAO DISPONIVEIS NAS CORES AZUL E VERDE.	UN	40
14	384.001.031	BICARBONATO DE SODIO 40G COM 15 SACHES.	CX	5
15	384.001.535	BIOLÓGICO TESTE PARA AUTOCLAVE BIOLÓGICO TESTE PARA CX AUTOCLAVE CAIXA COM 50 AMPOLAS	CX	10
16	384.001.230	BLOCO PAPEL CARBONO C/ 12 FLS	BL	60
17	384.001.247	BROCA AR CONICA DENTEADA CIRURGICA Nº 701C.	UN	20
18	384.000.710	BROCA BAIXA ROTACAO NR.3 ESFERICA, Nº3.	UN	10
19	384.000.711	BROCA BAIXA ROTACAO NR.4 ESFERICA Nº4.	UN	20
20	384.000.184	BROCA CIRURGICA NO702C AR CONICA DENTEADA.	UN	20
21	384.001.297	BROCA DAIM. AR ESFERICA 1016 EM AÇO INOX C/ GRAOS DE UN DIAMANTE NATURAL	UN	30
22	384.000.964	BROCA DE BAIXA ROTACAO ESFERICA NO 2	UN	10
23	384.000.963	BROCA DE BAIXA ROTACAO NO1 ESFERICA.	UN	10
24	384.001.003	BROCA DE BAIXA ROTACAO NO5 ESFERICA DE Nº5.	UN	20
25	384.001.004	BROCA DE BAIXA ROTACAO NO6 ESFERICA Nº6.	UN	10
26	384.001.032	BROCA DIAM AR ACAB. NO3168F AR PARA ACABAMENTO UN Nº3168F.	UN	20
27	384.001.295	BROCA DIAM. AR ESFERICA 1012 1012HL EM AÇO INOX E C/ UN	UN	20

28	384.001.296	GRAOS DE DIAMANTE NATURAL. BROCA DIAM. AR ESFERICA 1014HL BROCAS DIAM. AR UN ESFERICA Nº 1014HL EM ACO INOX C/ GRAOS DE DIAMANTE NATURAL.	20
29	384.001.298	BROCA DIAM. AR ESFERICA 1016HL EM ACO INOX E C/ GRAOS UN DE DIAMANTE NATURAL	30
30	384.001.293	BROCA DIAM. AR TIPO LAPIS 3082 UN	20
31	384.000.879	BROCA DIAM. CHAMA N.3118FF AR PARA ACABAMENTO Nº UN 3118FF	20
32	384.000.293	BROCA DIAM.AR NO2135 BROCA DIAM. AR CÔNICA UN EXTREMIDADE ARREDONDADA Nº 2135.	30
33	384.000.682	AGUA OXIGENADA 10VOL EMBALAGEM CONTENDO 1.000ML LT CADA.	10
34	384.000.296	BROCA DIAM.AR NO3195 AR PARA ACABAMENTO Nº 3195F UN	30
35	384.001.294	BROCA DIAM.AR P/ACABAMENTO Nº1190 F UN	10
36	384.000.674	BROCA DIAMANT. AR CIL. N.1090 CILINDRICA TOPO PLANO UN	20
37	384.000.673	BROCA DIAMANT. AR CIL. N.1092 AR CILINDRICA TOPO PLANO UN Nº 1092	20
38	384.000.669	BROCA DIAMANT. AR CON. N.1031 BROCAS DIAM. AR CONICA UN INVERTIDA, EM ACO INOX E C/ GRAOS DE DIAMANTE NATURAL.	10
39	384.000.666	BROCA DIAMANT. AR ESF. N.1011 HL EM ACO INOX E C/ UN GRAOS DE DIAMANTE NATURAL	20
40	384.000.662	BROCA DIAMANT. AR N.3195FF AR PARA ACABAMENTO Nº UN 3195FF	20
41	384.000.282	BROCA ENDO Z ALTA ROTACAO EM ACO INOXIDAVEL. UN	20
42	384.001.042	BROCA TIPO GATES GLIDDEN NO3 BROCAS TIPO GATES CX GLIDDEN Nº 3 BAIXA ROTACAO (32 MM).	20
43	384.001.043	BROCA ZECRIA ALTA ROTACAO EM ACO INOXIDAVEL 28 MM. UN	30
44	384.001.202	BROCAS BAIXA ROTACAO ESFERICA- Nº 07. UN	10
45	384.001.201	BROCAS DAM. AR CONICA 4130 EM ACO INOX E C/ GRAOS DE UN DIAMANTE NATURAL.	5
46	384.001.200	BROCAS DIAM AR CONICA 3203 AR CONICA TOPO EM CHAMA UN Nº 3203	5
47	384.001.250	BROCAS DIAM AR ESFERICA NO1011 EM ACO INOX E C/ GRAOS UN DE DIAMANTE NATURAL.	30
48	384.000.812	BROCAS DIAM. AR CONICA NO1035 EM ACO INOX E C/ GRAOS UN DE DIAMANTE NATURAL.	20
49	384.000.806	BROCAS DIAM. AR CONICA NO2200 TOPO EM CHAMA UN	20
50	384.001.427	BROCAS DIAM. AR ESFÉRICA Nº 1012 EM AÇO INOX E C/ UN GRÃOS DE DIAMANTE NATURAL.	30
51	384.001.426	BROCAS DIAM. AR Nº 1112 EM AÇO INOX E C/ GRÃOS DE UN DIAMANTE NATURAL	10
52	384.001.425	BROCAS DIAM. AR Nº 2135 EM AÇO INOX E C/ GRÃOS DE UN DIAMANTE NATURAL.	20
53	384.001.336	BROCAS DIAM. AR. ESF. NO1014 BROCAS DIAM. AR ESFERICA UN Nº 1014 EM ACO INOX E C/ GRAOS DE DIAMANTE NATURAL	30
54	384.000.757	BROCAS DIAM. AR. ESF. NO1015 EM ACO INOX E C/ GRAOS DE UN DIAMANTE NATURAL.	30
55	384.000.756	BROCAS DIAMANT. AR. ESF.NO1013 EM ACO INOX E C/ GRAOS UN DE DIAMANTE NATURAL.	20
56	384.000.966	CABO PARA ESPELHO EM ACO INOX UN	20
57	384.001.044	CARTAO PARA RX CARTÃO PARA RX COM 05 FUIROS,PT PACOTES COM 50 UNIDADES. (EM PAPEL 240G/M2)	20
58	384.001.254	CARTAO PARA RX COM 1 FURO PACOTE COM 50 UNIDADES. PT (EM PAPEL 240G/M2)	20
59	384.000.306	CARTAO PARA RX COM 2 FUIROS PACOTES COM 50 UNIDADES. PT (EM PAPEL 240G/M2)	20
60	384.001.026	CERA PERIFERICA CERA PERIFERICA Nº 6 (CAIXA COM 40 CX BASTOES)	15
61	384.000.540	CHAVE LIGA/DESL.APAREL.PROFIL UN	200
		Fornecimento de pecas para equipamentos Gnatus.	
62	384.001.428	CIMENTO BIOCERÂMICO OBTURADOR BIOLÓGICO COMPOSTO CX POR ÓXIDOS MINERAIS NA FORMA DE FINAS PARTÍCULAS HIDROFÍLICAS, PARA OBTURAÇÕES ENDODÔNTICAS EM MONOBLOCO (SEM GUTA PERCHA) E CONVENCIONALMENTE, COM CONE ÚNICO DE GUTA POERCHA. INDICADO PARA PLUJ APICAL, RETROOBTURAÇÃO, REABSORÇÃO INTERNA E EXTERNA; PROTEÇÃO PULPAR DIRETA E INDIRETA (DENTES ANTERIORES); PREENCHIMENTO DE CAVIDADES COM ESMALTE SEM SUPORTE DENTINÁRIO(DENTES ANTERIORES).	20

		HIDRÓFILO, CONSISTÊNCIA FLOW, PRESA LENTA, PÓ NA COR BRANCA, RADIOPACO, HIPERDENSIDADE COMPARADA AO ALUMÍNIO, ALCALINIDADE: PH 10 QUE EM 3H SE ESTABILIZA EM 12; TEMPO DE PRESA INICIAL DE 10 MINUTOS E FINAL DE 30 MINUTOS. SIMILAR AO CIMMO HP.	
63	384.001.176	CIMENTO BIOCERAMICO OBTURADOR CIMENTO BIOCERAMICO KT OBTURADOR(BASE E FORRAMENTO DE RESTAURACOES); UTILIZADO COMO PROTECAO PULPAR DIRETA E INDIRETA; DESSENSIBILIZANTE DENTINARIO; ADEQUACAO DO MEIO PARA DENTES DECIDUOS E DENTES PERMANENTES;ADEQUACAO DO MEIO PARA PACIENTES ESPECIAIS;PREENCHIMENTO DE CAVIDADES COM ESMALTE SEM SUPORTE DENTARIO PARA DENTES POSTERIORES E ANTERIORES,PRESA RAPIDA (INICIAL DE 5 MINUTOS), ELEVANDO O PH DO DENTE A 12 APOS 3H DA APLICACAO, RESISTENCIA A COMPRESSAO 40MPA APOS 24H E 65MPA APOS 21 DIAS. PO 10G NA COR GELO E LIQUIDO 12ML. SIMILAR CIMMO DTA	20
64	384.000.188	CIMENTO DE ZINCO-LIQUIDO CIMENTO DE ZINCO USADO PARA UN CIMENTACAO DE INCRUSTACOES E COROAS (LIQ COM 10ML) Cimento de zinco usado para cimentacao de incrustacoes e coroas (liq com 10ml)	5
65	384.000.189	CIMENTO DE ZINCO-PO CIMENTO DE ZINCO USADO PARA EB CIMENTACAO DE INCRUSTACOES E COROAS(PO COM 28G)	5
66	384.000.309	CIMENTO ENDODONTICO CIMENTO ENDODONTICO A BASE DE CX HIDRÓXIDO DE CÁLCIO POLIMÉRICO, BIOCOMPATÍVEL, PARA CANAIS RADICULARES, COMPOSTO DE PASTA BASE E PASTA CATALISADORA. ESTE MATERIAL ESTIMULA A RÁPIDA CICATRIZAÇÃO E REPARAÇÃO TECIDUAL NA REGIÃO APICAL DE UM DENTE TRATADO ENDODONTICAMENTE. SUA FORMULAÇÃO NÃO CONTÉM EUGENOL, O QUE EVITA EVENTUAIS SENSIBILIDADES PÓS-OPERATÓRIAS, POIS NÃO IRRITA OS TECIDOS. EMBALAGEM CONTENDO 1 FRASCO COM 12G DE BASE; 01 FRASCO COM 18G DE CATALISADOR; TEMPO DE PRESA: MENOS DE UMA HORA; FÁCIL MANIPULAÇÃO E ÓTIMA ADERÊNCIA ÀS PAREDES RADICULARES; ÓTIMA RADIOPAVIDADE E FLUIDEZ ADEQUADA; BAIXA CONTRAÇÃO. SIMILAR AO SEALAPEX	15
67	384.000.187	CIMENTO OBTURADOR PROVISORIO, INDICADO PARA PE FECHAMENTO TEMPORARIO DE CAVIDADES DENTAIS EM TRATAMENTO ENDODONTICO, NAO CONTEM EUGENOL, COR BRANCO, POTE COM 25G, TEMPO DE ENDURECIMENTO ENTRE 15 A 30 MINUTOS.	80
68	384.000.774	COLGADURA PARA RAO X COLGADURA INDIVIDUAL PARA UN PRENDER PELICULA DE RAO X.	10
69	384.001.308	CONDENSADOR DE GUTA MACSPADDEN Nº 55 25MM CX CONFECCIONADO EM NIQUEL TITANIO. EMBALAGEM COM 04 UNIDADES.	30
70	384.001.300	CONE DE GUTA PERCHA (FM) COM 120 UNIDADES CX	30
71	384.001.050	CONE DE PAPEL ABSORV.Nº30 CONES DE PAPEL CX ABSORVENTE (1ª SERIE) Nº 30 - CAIXA COM 120 UNIDADES	20
72	384.001.048	CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº25 CONES DE PAPEL CX ABSORVENTE (1ª SERIE) Nº 25 - CAIXA COM 120 UNIDADES.	30
73	384.001.047	CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº35 CONES DE PAPEL CX ABSORVENTE (1ª SERIE) Nº 35 - CAIXA COM 120 UNIDADES.	20
74	384.001.049	CONE DE PAPEL ABSORVENTE Nº40 CONES DE PAPEL CX ABSORVENTE (1ª SERIE) Nº 40 - CAIXA COM 120 UNIDADES	20
75	384.001.305	CONES DE GUTA PERCHA M CONES DE GUTA PERCHA (M) - CX CAIXA COM 120 UNIDADES. CONES ACESSORIOS PARA OBTURACOES DOS CONDUTOS RADIOCULARES, POR MEIO DE TECNICAS DE CONDENSACAO LATERAL E/OU VERTICAL, A BASE DE GUTAPERCHA,OXIDO DE ZINCO E CORANTE ORGANICO COM 28MM DE COMPRIMENTO, MATERIA PRIMA SELECIONADA, ALTA RADIOPAVIDADE. OTIMA ESTABILIDADE DIMENSIONAL E FLEXIBILIDADE; ALTA QUALIDADE NO PRODUTO FINAL; FACILIDADE DE VISUALIZAR A IMAGEM EM RAO X.	40
76	384.001.179	CONES DE PAPEL ABSORVENTE Nº45 CONES DE PAPEL CX ABSORVENTE (1ª SERIE) Nº45 CAIXA COM 120 UNIDADES.	20
77	384.001.086	CONES DE PAPEL ABSORVENTE Nº50 CONES DE PAPEL CX ABSORVENTE (1ª SERIE) Nº50 - CAIXA COM 120 UNIDADES.	20

78	384.001.008	CONJUNTO ASPIRACAO ENDODONTICO CONJUNTO DE C/3 ASPIRACAO ENDODONTICO COM UMA CANULA E 3 AGULHAS SEM BISEL NOS DIAMETROS 2,0MM, 1,5MM, 1,0MM.	5
79	384.001.556	COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. PT DENTES 11/21 - 8.0 MM. COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. DENTES 11/21 - 8.0 MM. COMPOSTO EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC). MAIOR FACILIDADE PARA REMOÇÃO DA COROA APÓS O USO. POSSIBILIDADE DE USO COM RESINA COMPOSTA, BISACRILICA OU ACRILICA. TRATAMENTO INTERNO ANTIADERENTE. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. SIMILAR A TDV.	5
80	384.001.555	COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. PT DENTES 11/21 - 8.5 MM. COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. DENTES 11/21 - 8.5 MM. COMPOSTO EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC). MAIOR FACILIDADE PARA REMOÇÃO DA COROA APÓS O USO. POSSIBILIDADE DE USO COM RESINA COMPOSTA, BISACRILICA OU ACRILICA. TRATAMENTO INTERNO ANTIADERENTE. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. SIMILAR A TDV.	5
81	384.001.554	COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. PT DENTES 11/21 - 9.0 MM. COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. DENTES 11/21 - 9.0 MM. COMPOSTO EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC). MAIOR FACILIDADE PARA REMOÇÃO DA COROA APÓS O USO. POSSIBILIDADE DE USO COM RESINA COMPOSTA, BISACRILICA OU ACRILICA. TRATAMENTO INTERNO ANTIADERENTE. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. SIMILAR A TDV.	5
82	384.001.553	COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. PT DENTES 12/22 - 6.5 MM COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. DENTES 12/22 - 6.5 MM. COMPOSTO EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC). MAIOR FACILIDADE PARA REMOÇÃO DA COROA APÓS O USO. POSSIBILIDADE DE USO COM RESINA COMPOSTA, BISACRILICA OU ACRILICA. TRATAMENTO INTERNO ANTIADERENTE. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. SIMILAR A TDV.	5
83	384.001.552	COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. PT DENTES 12/22 7.0 MM COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. DENTES 12/22 - 7.0 MM. COMPOSTO EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC). MAIOR FACILIDADE PARA REMOÇÃO DA COROA APÓS O USO. POSSIBILIDADE DE USO COM RESINA COMPOSTA, BISACRILICA OU ACRILICA. TRATAMENTO INTERNO ANTIADERENTE. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. SIMILAR A TDV.	5
84	384.001.551	COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. PT DENTES 12/22 7.5 MM COROA TRANSPARENTE REFIL PARA DENTES ANTERIORES. DENTES 12/22 - 7.5 MM. COMPOSTO EM CLORETO DE POLIVINILA (PVC). MAIOR FACILIDADE PARA REMOÇÃO DA COROA APÓS O USO. POSSIBILIDADE DE USO COM RESINA COMPOSTA, BISACRILICA OU ACRILICA. TRATAMENTO INTERNO ANTIADERENTE. EMBALAGEM COM 5 UNIDADES. SIMILAR A TDV.	5
85	384.000.313	CREME DENTAL COM FLUOR 90GR NAO ABRASIVO, COM TEOR UN DE FLUOR DE 1500 PPM, BISNAGA PLASTICA COM APROXIMADAMENTE 90 GRAMAS, COM SELO DE APROVACAO DA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA (A.B.O) E COM REGISTRO NO MINISTERIO DA SAUDE, COM VALIDADE SUPERIOR A 18 MESES, NO MOMENTO DA ENTREGA.	300
86	384.001.178	CUBETAS DE SILICONE 500 ML CUBETAS DE SILICONE UN GRANDE - 500ML PARA MANIPULACAO DE GESSOS E ALGINATOS. FABRICADA EM PVC EXTENSIVEL. SUA FORMA E FLEXIBILIDADE TORNAM A HOMOGENEIZACAO MAIS PRECISA, GARANTINDO MELHOR USO DO PRODUTO. NAO DEVE SER UTILIZADO COM PRODUTOS QUE CONTENHAM SOLVENTES OU ACIDOS NA FORMULACAO. INCOLOR.	3
87	384.001.256	CUNHA DE MADEIRA NATURAL COM 100 UNIDADES. CX	20
88	384.000.389	CURATIVO DE ALVEOLO (PROPOLIS 10%, LODOFORMIO 5%, FR CERA DE ABELHA ESPESSANTE) FRASCO C/ 10G.	20
89	384.001.454	CURETA GRACEY 5 - 6, EM AÇO INOXIDÁVEL UN	10
90	384.001.432	CURETA GRACEY 7 - 8, EM AÇO INOXIDÁVEL UN	10
91	384.001.434	CURETA MCCALL 13-14, EM AÇO INOXIDÁVEL UN	10
92	384.001.433	CURETA MCCALL 17-18, EM AÇO INOXIDÁVEL UN	10
93	384.001.328	E.D.T.A. 17% SOLUCAO C/ 500 ML E.D.T.A 17% SOLUCAO FR	15

94	384.001.430	(AGENTE QUELANTE) SOLUCAO COM 500ML ENXAGUATÓRIO BUCAL SOLUÇÃO DE DIGLUCONATO DE UN CLOREXIDINA A 0,12%, ANTISSÉPTICO PARA OS MICROORGANISMOS GRAM POSITIVOS E NEGATIVOS E PARA ALGUMAS LEVEDURAS. FRASCO DE 01 LITRO. PRAZO DE VALIDADE 36 MESES DA DATA DE FABRICAÇÃO.	40
95	384.001.057	ESCOVA DE ROBSON PARA PROFILAXIA, PARA CONTRA UN ANGULO RETA	600
96	384.000.466	ESCOVA DENTAL ADULTO COM CERDAS EM NYLON, MACIA, UN QUATRO FILEIRAS, 34 TUFOS DE CERDAS, ANATOMICO, COM PROTECTOR DE CERDAS, APARADAS UNIFORMEMENTE E ARREDONDADA, MEDIDA DE 18CM CADA, CORES VARIADAS. APROVADA PELA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA-ABO.	3200
97	384.000.390	ESCOVA DENTAL KIDS DE 23 A 29 ESCOVA DENTAL KIDS DE 23 UN A 29 TUFOS COM PROTECTOR DE CERDAS MEDINDO 13 CM, PARA CRIANCAS DE 01 A 03 ANOS, CORES VARIADAS. APROVADA PELA ASSOCIACAO BRASILEIRA DE ODONTOLOGIA - ABO(ESCOVA PARA BEBE)	4000
98	384.000.600	ESPATULA 7 ESPATULA Nº7. UN	5
99	384.001.184	ESPATULA SIMPLES NO24 ESPATULA SIMPLES Nº24 EM ACO UN INOX, AUTOCLAVAVEL.	10
100	384.001.422	ESPATULAS DE INSERCAO N.1 EM ACO INOX COM 17CM DE UN COMPRIMENTO.	15
101	384.000.983	ESPELHO BUCAL NO5 CAIXA COM 12 UNIDADES. CX	15
102	384.001.403	EUGENOL LIQUIDO INCOLOR OU AMARELO, DE ODOR FORTE, UN FRASCO DE VIDRO AMBAR COM 20ML.	8
103	384.000.984	FILTRO PARA DESTILADOR DE AGUA CRISTOFOLI COM UN RESERVATORIO DE 4L DE AGUA COMUM (PARA REPOSICAO). (DISPENSADA A APRESENTACAO DE AMOSTRA, OBRIGATORIA APARESENTACAO DE CATALOGO)	4
104	384.001.435	FIO AGULHADO DE NYLON,Nº 4, AGULHA 24MM 3/8 DE CX CIRCULO, MONOFILAMENTO PRETO. EMBALAGEM COM 24 UNIDADES CADA	10
105	384.001.054	FIO AGULHADO DE SEDA FIO AGULHADO DE SEDA Nº 4,CX AGULHA 17MM, TIPO TRIANGULAR, 1/2 DE CIRCULO, EMBALAGEM COM 24 UNIDADES CADA.	15
106	384.001.317	FIO DE SUTURA CIRURGICO NO4 FIO DE SUTURA CIRURGICO CX ABSORVIVEL Nº4. FIO DE 70CM,COM AGULHA CT1/2 1,5CM. CAIXA COM 36 UNIDADES	1
107	384.000.923	FIO DENTAL ENCERADO DE 25MT PARA REMOCAO DE PLACA UN BACTERIANA INTERPROXIMAL, CONFECCIONADO EM NYLON RESISTENTE, LUBRIFICADO COM CERA NATURAL, LIVRE DE IMPUREZAS, EMBALAGEM COM CORTADOR METALICO EM ACO INOXIDAVEL, QUE CORTE O FIO SEM DESFIA-LO, EMBALADO INDIVIDUAL EM SAQUINHO DE PLASTICO.	2000
108	384.001.550	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA EM AÇO INOX - 384.001.550 FITA UN BANDA MATRIZ METÁLICA EM AÇO INOX, APRESENTADO EM BOBINA, PODE SER CORTADO DO TAMANHO DESEJADO, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL. ESPESSURA DE 5MM X 0,05MMX3M.	70
109	384.001.549	FITA BANDA MATRIZ METÁLICA EM AÇO INOX - FITA BANDA UN MATRIZ METÁLICA EM AÇO INOX, APRESENTADO EM BOBINA, PODE SER CORTADO DO TAMANHO DESEJADO, FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL. ESPESSURA DE 7MMX 0,05 X 3M .	70
110	384.001.152	FIXADOR PARA RX - 475ML UN Fixador para RX, composto por tiosulfatode amonia 10-15%, solucao pronta para uso, processamento manual, embalado em frasco com 475ml.	50
111	384.001.335	FLUOR GEL TOPICO 200ML - 1MIN PARA TEMPO DE APLICACAO UN DE 1MIN. COR ROSA.	30
112	384.001.205	FOICE MCCALL 1-10 UN	10
113	384.001.330	FORMOCRESOL (LIQUIDO). UN	10
114	384.001.318	FRASCO PLASTICO DE 40ML TRANSP FRASCO PLÁSTICO DE 40 CX ML TRANSPARENTE, ATÓXICO, RESISTENTE, COM DIMENSÕES DE 70 X 30 MM (ALTURA X DIÂMETRO) PRÓPRIO PARA TRANSPORTE DE PEÇA CIRÚRGICA DESTINADA A BIÓPSIA. COM TAMPA DE ROSCA ESTANQUE COM VEDAÇÃO ADEQUADA PARA EVITAR VAZAMENTOS, BOCA LARGA NA MESMA DIMENSÃO DO FRASCO. POSSUIR RÓTULO COM INFORMAÇÕES DE LOTE, VALIDADE, PROCEDÊNCIA E CAMPOS	2

		PARA INFORMAÇÕES DO PACIENTE. POSSUIR REGISTRO NA ANVISA. DEVE CONTER 20ML DE FORMOL TAMPONADO 10%. EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	
115	384.000.172	GESSO PEDRA - 1 KG UTILIZADO NA CONFECCAO DE PT MODELOS PROTETICOS DE BAIXA RESISTENCIA. CONFECCIONADO A BASE DE GRIPSITA DESIDRATADA. O GESSO DEVERA APRESENTAR TEMPO DE PRESA INICIAL DE APROXIMADAMENTE 15 MINUTOS E FINAL DE NO MAXIMO 40 MINUTOS, OFERECER UM TEMPO DE TRABALHO DE 03 MINUTOS.	80
116	384.000.152	GRAMPO P/ISOLAMENTO ABSOLUTO - Nº202, CONFECCIONADO UN EM ACO INOX DE MAIOR RESISTEN CIA E MEMORIA ELASTICA; TEMPERA TRIPLICE PARA ELIMINAR FRAGILIDADE OU QUEBRA	5
117	384.001.548	GRAMPO PARA ISOLAMENTO ABSOLUTO Nº26 GRAMPO PARA UN ISOLAMENTO ABSOLUTO Nº26 CONFECCIONADO EM AÇO INOX DE MAIOR RESISTÊNCIA E MEMÓRIA ELÁSTICA; TEMPERA TRIPLICE PARA ELIMINAR FRAGILIDADE OU QUEBRA	5
118	384.000.986	GRAMPO PARA ISOLAMENTO NO206 GRAMPO PARA UN ISOLAMENTO ABSOLUTO Nº 206 CONFECCIO NADO EM ACO INOX DE MAIOR RESISTENCIA E MEMORIA ELASTICA; TEMPERA TRIPLICE PARA ELIMINAR FRAGILIDADE OU QUEBRA;	5
119	384.000.988	GRAMPO PARA ISOLAMENTO NO209 GRAMPO PARA UN ISOLAMENTO ABSOLUTO Nº 209 CONFECCIO NADO EM ACO INOX DE MAIOR RESISTENCIA E MEMORIA ELASTICA; TEMPERA TRIPLICE PARA ELIMINAR FRAGILIDADE OU QUEBRA;	5
120	384.000.735	HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO- (COM UM TUBO DE PASTA CX BASE, UM TUBO DE PASTA CATALIZADORA E UM BLOCO).	20
121	384.000.596	HIDROXIDO DE CALCIO RADIOPACO - COM UM TUBO DE PASTA UN BASE, UM TUBO DE PASTA CATALIZADORA E UM BLOCO	20
122	384.001.160	HIPOCLORITO DE SODIO A 2% HIPOCLORITO DE SODIO A 2% LT PARA IRRIGACAO DOS CANAIS RADICULAREAS. FRASCO 01 LITRO.	25
123	384.001.406	ODOFORMIO EM PO VD	10
124	384.001.027	IONOMERO DE VIDRO RESTAURADOR IONÔMERO DE VIDRO KT RESTAURADOR. CIMENTO DE PRESA RÁPIDA. POSSUI UMA BOA ADESÃO AO ESMALTE E À DENTINA SENDO DESNECESSÁRIO A CRIAÇÃO DE RETENÇÕES. BIOCOMPATÍVEL. MAIOR CAPACIDADE DE LIBERAÇÃO DE FLÚOR COM FINALIDADE ANTICARIOGÊNICA. MAIOR CAPACIDADE DE RECARGA DE FLÚOR. COM TROCA IÔNICA COMPROVADA. LIBERA UMA GRANDE QUANTIDADE DE IONS DE CÁLCIO (CA), FOSFATO (P), FLÚOR (F) E ESTRÔNCIO (SR) EM ALTOS NÍVEIS AUXILIANDO NA REMINERALIZAÇÃO DA ESTRUTURA DENTAL. AUTOPOLIMERIZÁVEL, RESISTENTE, EXCELENTE ADAPTAÇÃO MARGINAL, BAIXA EROSÃO ÁCIDA. INDICADO PARA RESTAURAÇÕES QUE UTILIZE A TÉCNICA DE TRATAMENTO RESTAURADOR ATRAUMÁTICO (ART); LESÕES POR AB-FRAÇÃO, RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO E COMO BASE PARA CLASSES I E II USANDO A TÉCNICA DE SANDUÍCHE, RESTAURAÇÕES PEQUENAS CLASSE I E II. DENTES DECÍDUOS, RESTAURAÇÕES GERIÁTRICAS, RESTAURAÇÕES CLASSE V, NÚCLEOS, RESTAURAÇÕES CERVICAIS, RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS. EMBALAGEM COM 6G LÍQUIDO + 10G DE PÓ + ACESSÓRIOS. SIMILAR AO RIVA SELF CURE	90
125	384.000.677	LAMINA BISTURI N.12 LAMINA DE BISTURI EM ACO INOX, CX ESTERELIZADAS Nº. 12, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES	3
126	384.000.884	LAMINA BISTURI N.15 EM ACO INOX, ESTERILIZADAS Nº15, CX EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	3
127	384.001.088	LAMINA BISTURI NO10 - LAMINA DE BUSTURI EM ACO INOX, CX ESTERELIZADAS Nº10, EMBALAGEM COM 100 UNIDADES.	3
128	384.001.453	LAMPARINA HANNAU ODONTOLOGICO UTILIZADA PARA UN PLASTIFICAÇÃO DE CERAS NA MONTAGEM DE DENTES EM PRÓTESES DENTÁRIAS, ENCERAMENTO DE DENTES, INDIVIDUALIZAÇÃO DE MOLDEIRAS, ETC. CAPACIDADE PARA 100ML; ACOMPANHA BASE DE APOIO. SIMILAR MAC DENTAL	2
129	384.000.367	LENCOL DE BORRACHA-COM 26 UNID TAMANHO 13CM X 13CM, CX COR AZUL, AROMA TUTTI-FRUTTI EMBALADAS INDIVIDUALMENTE, CAIXA COM 26 UNIDADES COM REGISTRO	40

130	384.001.219	NO MINISTERIO DA SAUDE. LENTULO N 30 25MM LENTULO, CONFECCIONADO EM ACO CX INOX DE ORIGEM SUECA. ESPIRAL DE SEGURANCA Nº 30 DE 25MM - CAIXA C/ 4 UNIDADES	10
131	384.001.012	LENTULO N 35 25MM LENTULO, CONFECCIONADO EM ACO CX INOX DE ORIGEM SUECA. ESPIRAL DE SEGURANCA Nº 35 DE 25MM - CAIXA COM 4 UNIDADES.	10
132	384.001.207	LENTULO N25 DE 25MM LENTULO, CONFECCIONADO EM ACO CX INOX DE ORIGEM SUECA. ESPIRAL DE SEGURANCA Nº 25 DE 25MM - CX C/ 4 UNIDADES.	10
133	384.001.239	LIMA PLASTICA P/LIMPEZA CANAIS LIMA PLÁSTICA LIMPEZA CX CANAIS RADICULARES; NUMERAÇÃO: 25/04; CAIXA COM 48 UNIDADES	10
134	384.001.546	LIMA RECIPROCANTE Nº 20.06 25MM COM CONTROLE DE CX MEMÓRIA EXCELENTE CORTE E DESIGN COM PONTA ARREDONDADA SEM CORTE, REDUZ O RISCO DE ULTRAPASSAR O COMPRIMENTO REAL DO CANAL, MELHOR RESISTÊNCIA PARA O CORTE; EFICIENTE E MODELAGEM SEGURA T-WIRE (LIGA DE NITI ESPECIAL); POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL; ÓTIMA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À FRATURA; SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR CONVEXA; 3 ARESTAS QUE TORNAM O CORTE MAIS EFICIENTE; MAIOR CONCENTRAÇÃO DA MASSA QUE AUMENTAM A RESISTÊNCIA E FORÇA, ESTENDENDO O CICLO DE USO. CAIXA COM 4 UNIDADES SIMILAR A LIMA UNIVY.	30
135	384.001.545	LIMA RECIPROCANTE Nº 25.06 25MM COM CONTROLE DE CX MEMÓRIA EXCELENTE CORTE E DESIGN COM PONTA ARREDONDADA SEM CORTE, REDUZ O RISCO DE ULTRAPASSAR O COMPRIMENTO REAL DO CANAL, MELHOR RESISTÊNCIA PARA O CORTE; EFICIENTE E MODELAGEM SEGURA T-WIRE (LIGA DE NITI ESPECIAL); POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL; ÓTIMA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À FRATURA; SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR CONVEXA; 3 ARESTAS QUE TORNAM O CORTE MAIS EFICIENTE; MAIOR CONCENTRAÇÃO DA MASSA QUE AUMENTAM A RESISTÊNCIA E FORÇA, ESTENDENDO O CICLO DE USO. CAIXA COM 4 UNIDADES SIMILAR A LIMA UNIVY.	30
136	384.001.544	LIMA RECIPROCANTE Nº 35.04 25MM COM CONTROLE DE CX MEMÓRIA Lima reciprocante nº 35.04 25mm com controle de memória, excelente corte e design com ponta arredondada sem corte, reduz o risco de ultrapassar o comprimento real do canal, melhor resistência para o corte; eficiente e modelagem segura T-wire (liga de NiTi Especial); possui tratamento térmico especial; ótima flexibilidade e resistência à fratura; secção transversal triangular convexa; 3 arestas que tornam o corte mais eficiente; maior concentração da massa que aumentam a resistência e força, estendendo o ciclo de uso. Caixa com 4 unidades Similar a Lima Univy.	30
137	384.001.439	LIMA ROTATÓRIA Nº15.06 MT COM CONTROLE DE MEMÓRIA, CX EXCELENTE CORTE E DESIGN COM PONTA ARREDONDADA SEM CORTE, REDUZ O RISCO DE ULTRAPASSAR O COMPRIMENTO REAL DO CANAL, MELHOR RESISTÊNCIA PARA O CORTE; EFICIENTE E MODELAGEM SEGURA T-WIRE (LIGA DE NITI ESPECIAL); POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL; ÓTIMA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À FRATURA; SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR CONVEXA; 3 ARESTAS QUE TORNAM O CORTE MAIS EFICIENTE; MAIOR CONCENTRAÇÃO DA MASSA QUE AUMENTAM A RESISTÊNCIA E FORÇA, ESTENDENDO O CICLO DE USO. CAIXA COM 4 UNIDADES SIMILAR A LIMA UNIVY.	30
138	384.001.455	LIMA ROTATÓRIA Nº18.04 21MM COM CONTROLE DE MEMÓRIA, CX EXCELENTE CORTE E DESIGN COM PONTA ARREDONDADA SEM CORTE, REDUZ O RISCO DE ULTRAPASSAR O COMPRIMENTO REAL DO CANAL, MELHOR RESISTÊNCIA PARA O CORTE; EFICIENTE E MODELAGEM SEGURA T-WIRE (LIGA DE NITI ESPECIAL); POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL; ÓTIMA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À FRATURA; SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR CONVEXA; 3 ARESTAS QUE TORNAM O CORTE MAIS EFICIENTE; MAIOR CONCENTRAÇÃO DA MASSA QUE AUMENTAM A RESISTÊNCIA E FORÇA, ESTENDENDO O CICLO DE USO. CAIXA COM 4 UNIDADES	30

139	384.001.547	SIMILAR A LIMA UNIVY. LIMA ROTATÓRIA Nº20.04 25MM COM CONTROLE DE MEMÓRIA CX COM CONTROLE DE MEMÓRIA, EXCELENTE CORTE E DESIGN COM PONTA ARREDONDADA SEM CORTE, REDUZ O RISCO DE ULTRAPASSAR O COMPRIMENTO REAL DO CANAL, MELHOR RESISTÊNCIA PARA O CORTE; EFICIENTE E MODELAGEM SEGURA T-WIRE (LIGA DE NITI ESPECIAL); POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL; ÓTIMA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À FRATURA; SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR CONVEXA; 3 ARESTAS QUE TORNAM O CORTE MAIS EFICIENTE; MAIOR CONCENTRAÇÃO DA MASSA QUE AUMENTAM A RESISTÊNCIA E FORÇA, ESTENDENDO O CICLO DE USO. CAIXA COM 4 UNIDADES SIMILAR A LIMA UNIVY.	30
140	384.001.440	LIMA ROTATÓRIA Nº25.06 25MM COM CONTROLE DE MEMÓRIA, CX EXCELENTE CORTE E DESIGN COM PONTA ARREDONDADA SEM CORTE, REDUZ O RISCO DE ULTRAPASSAR O COMPRIMENTO REAL DO CANAL, MELHOR RESISTÊNCIA PARA O CORTE; EFICIENTE E MODELAGEM SEGURA T-WIRE (LIGA DE NITI ESPECIAL); POSSUI TRATAMENTO TÉRMICO ESPECIAL; ÓTIMA FLEXIBILIDADE E RESISTÊNCIA À FRATURA; SECÇÃO TRANSVERSAL TRIANGULAR CONVEXA; 3 ARESTAS QUE TORNAM O CORTE MAIS EFICIENTE; MAIOR CONCENTRAÇÃO DA MASSA QUE AUMENTAM A RESISTÊNCIA E FORÇA, ESTENDENDO O CICLO DE USO. CAIXA COM 4 UNIDADES SIMILAR A LIMA UNIVY.	30
141	384.000.480	LIMA TIPO K NO10 25MM (CAIXA CONTENDO LIMAS DO CX NUMERO 10) 25MM.	20
142	384.000.396	LIMA TIPO K NO15-25MM (CAIXA CONTENDO LIMAS DO CX NUMERO 15) 25MM.	30
143	384.001.070	LIMA TIPO K NO20 LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO LIMAS DE CX NUMERO 20) 25MM	20
144	384.001.221	LIMA TIPO K NO30 25MM (CAIXA CONTENDO LIMAS DO CX NUMERO 30).	10
145	384.000.397	LIMA TIPO K NO8-25MM LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO CX LIMAS DE NUMERO 8) 25MM	15
146	384.001.208	LIMA WAVE.ONE GOLD 20/07 PRIMARY 25MM PARA CX ENDODONTIA CAIXA COM 3 UNIDADES.	20
147	384.001.309	LIMA WAVE.ONE GOLD 25/07 PRIMARY 25MM PARA CX ENDODONTIA CAIXA COM 3 UNIDADES	30
148	384.001.209	LIMA WAVE.ONE GOLD 35/06 PRIMARY 25MM PARA CX ENDODONTIA CAIXA COM 3 UNIDADES.	20
149	384.001.310	LIMA WAVE.ONE GOLD 45/ 05 LARGE 25MM PARA CX ENDODONTIA CAIXA COM 3 UNIDADES	20
150	384.001.539	LIMAS TIPO K 25MM - LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO LIMAS CX DO NÚMERO 40) 25MM	10
151	384.001.538	LIMAS TIPO K 25MM - LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO LIMAS CX DO NÚMERO 50) 25MM	10
152	384.001.543	LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO LIMAS DO NÚMERO 10) 31MM CX	30
153	384.001.542	LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO LIMAS DO NÚMERO 15) 31MM CX	30
154	384.001.541	LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO LIMAS DO NÚMERO 25) 25MM CX	10
155	384.001.540	LIMAS TIPO K (CAIXA CONTENDO LIMAS DO NÚMERO 35) 25MM CX	10
156	384.000.153	LIMAS TIPO K No45 25MM CX Limas tipo K (caixa contendo limas do numero 45) 25mm.	10
157	384.001.220	LIXA DE ACABAMENTO E POLIMENTO DENTAL 4MMX170MM CX CAIXA COM 150 UNIDADES	5
158	384.000.162	MACARICO PORTATIL RECARREGAVEL MACARICO PORTATIL UN RECARREGAVEL MODELO 1 CHAMA, EM METAL, CONTROLE MANUAL DA CHAMA; UTILIZA REFIL DE GAS BUTANO; TEMPERATURA DA CHAMA: 1300°C , FACIL MANUSEIO; FORMATO ANATOMICO; BOTAO DE ACENDIMENTO AUTOMATICO, ACOMPANHA 2 REFIS.	1
159	384.001.311	MANDRIL P/ CONTRA ANGULO MANDRIL PARA CONTRA UN ANGULO-ADAPTADOR PARA DISCOS DE POLIMENTOS	20
160	384.001.065	MATERIAL DE MOLDAGEM CONTENDO 01 POTE DE SILICONE KT DE 1 KG, PARA MOLDAGEM, RESISTENTE A DEFORMACAO, COR VERDE, AROMA MENTA. O SILICONE DEVERA REDUZIR A COMPRESSAO DA MUCOSA NA FASE DE INSERCAO NA BOCA. POSSUINDO TEMPO DE TRABALHO E PRESA VARIÁVEIS SEGUNDO A QUANTIDADE DE CATALISADOR. 01 TUBO DE SILICONE DE CONDENSACAO, 140ML, MATERIAL DE	1

		MOLDAGEM DE CONSISTENCIA, TEMPO DE TRABALHO E PRESA RAPIDOS. AROMA E COR DE LARANJA, 72 HORAS DE ESTABILIDADE DIMENSIONAL. 01 TUBO DE SILICONE DE CONDENSACAO E CATALISADOR GEL, 60ML. COR VERMELHA. ALQUILAESTANOSILOXANO 5% - 7%.	
161	384.001.072	MATERIAL P/ IMPRESSAO COM 50G MATERIAL PARA UN IMPRESSAO A BASE DE SILICONE DE CONDENSACAO, CATALISADOR INDICADO PARA MOLDAGENS DE ALTA PRECISAO COM 50G	20
162	384.001.028	MATERIAL PARA IMPRESSAO MATERIAL PARA IMPRESSAO A UN BASE DE SILICONE DE CONDENSACAO PASTA FLUIDA ,INDICADO PARA MOLDAGEM COM 120G	20
163	384.001.436	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO COMPOSTO DE UN EUGENOL 99,5% ÁCIDO ACÉTICO 0,5% - MARFIM LÍQUIDO VIDRO COM 15 ML	8
164	384.001.437	MATERIAL RESTAURADOR INTERMEDIÁRIO INDICADO PARA UN RESTAURAÇÕES PROVISÓRIAS PRESA RÁPIDA, ALTA RESISTÊNCIA A COMPRESSÃO, COMPOSTO DE ÓXIDO DE ZINCO , POLI METACRILATO DE METILANA COR MARFIM EM PÓ VIDRO COM 38 GRAMAS	8
165	384.001.312	OCULOS DE PROTECAO UVA E UVB OCULOS DE PROTECAO UN CONTRA RAIOS UVA E UVB, APOIO NASAL E PROTECAO LATERAL NO MESMO MATERIAL DA LENTE,HASTES TIPO ESPATULA COM AJUSTE DE COMPRIMENTO PARA MELHOR ADAPTACAO AO ROSTO DO USUARIO, LENTES EM POLICARBONATO COM TRATAMENTO ANTI-RISCOS, ABAS LATERAIS DE PROTECAO ARMACAO PRETA E HASTES REGULAVEIS (SS1 CA 17345)	15
166	384.000.991	OLEO MINERAL SPRAY OLEO MINERAL SPRAY LUBRIFICANTE FR DE BAIXA VISCOSIDADE 2 EM 1 PARA LUBRIFICAR E LIMPAR PECAS DE MAO ODONTOLOGICA. EMBALAGEM DE 200ML.	20
167	384.000.439	OXIDO DE ZINCO,POTE C/ 50 GRS POTE COM 50 GRAMAS. PE	8
168	384.000.377	PARAMONO.CLORO.FENOL.CANFORADO PARAMONO FR CLOROFENOL CANFORADO (LIQUIDO)	20
169	384.001.537	PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA USO ENDODÔNTICO UN PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO PARA USO ENDODÔNTICO - PASTA DE HIDRÓXIDO DE CÁLCIO A 35% NUMA SOLUÇÃO AQUOSA. EFEITO ANTIBACTERIANO. ESTIMULA A FORMAÇÃO DE DENTINA SECUNDÁRIA. PERMITE REMOVER OS RESÍDUOS FACILEMTE DO CANAL COM UMA SOLUÇÃO DE ÁCIDO CÍTRICO A 20% E A PONTA NAVITIP FX. ÚNICO QUE FLUI ATRAVÉS DA FINA PONTA NAVITIP29GA. APLICAÇÃO COM PRECISÃO. ELEVADO PH DE 12,5. RADIOPACO E BIOCOMPATÍVEL. PASTA BRANCA E VISCOSA. EMBALAGEM CONTENDO: 1 SERINGA DE 1,2ML (1,76G) + 1 PONTA NAVITIP 29 GA DE 25MM + 1 PONTA NAVITIP 29GA DE 27MM. REGISTRO NA ANVISA. SIMILAR A ULTRADENT.	30
170	384.000.168	PASTA PROFILATICA COM FLUOR, INDICADA PARA UTILIZACAO UN EM PROCEDIMEN TOS DE LIMPEZA, REMOCAO DE DETRITOS, MANCHAS, PLACAS BACTERIANAS E POLIMENTO, COM PARTE DO TRA TAMENTO PROFISSIONAL DE PROFILAXIA DE CARIES E DOENCAS PERIODONTAIS. POSSUI SABOR REFRESCANTE, ABRASIVOS ADEQUADAMENTE DOSADOS E PROMOVE MAIOR PROTECAO CONTRA CARIES. BISNAGA COM 90 GRAMAS.	40
171	384.001.234	PASTA ZINCOENOLICA FRASCO COM 120 GRS. UN	1
172	384.001.212	PEDRA PARA AFIAI MATERIAIS CORTANTES GOIVA Nº186. UN	2
173	384.001.165	PEDRA POMES EM PO FINA 1KG PEDRA POMES EM PO FINA - KG EMBALAGEM DE 01 KG.	10
174	384.000.379	PELICULA P/ RAO X PERIAPICAL ADULTO INTRA ORAL, COM CX 150 UNIDADES, MEDINDO 31MM X 35MM,COR AZUL,VELOCIDADE E, COM ALTA QUALIDADE DA IMAGEM; CONTRASTE ELEVADO; MENOR NECESSIDADE DE EXPOSICAO A RADIACAO; EMBALAGEM EXTRA MACIA COM OS CANTOS ARREDONDADOS, TONANDO A TOMADA MAIS CONFORTAVEL AO PACIENTE.	25
175	384.000.419	PELICULA P/RAIO X PERIAP. INF. PELICULA PARA RAO X CX PERIAPICAL, INFANTIL INTRA ORAL, COM 100 UNIDADES, MEDINDO 22MMX35MM, COR ROXA, VELOCIDADE E, QUE FORNECA IMAGENS NITIDAS E DE ALTO CONTRASTE.	8
176	384.000.421	PERIOTOMO DUPLO CURVO E RETO,Nº12 EM ACO INOX. UN	5
177	384.000.687	PINCAS CLINICAS CURVA EM ACO INOX. UN	20
178	384.000.853	PONTA DE SUGADORES DESCARTAVEL PONTAS DE PT	200

179	384.001.443	SUGADORES DESCARTÁVEIS COM ARAME EM AÇO ESPECIAL, PARA FIXAÇÃO DESEJADA - PACOTE COM 40 UNIDADES.	4
180	384.001.402	PONTEIRA PARA FOTOPOLIMERIZADOR FIBRA ÓTICA PARA UN REPOSIÇÃO COMPATÍVEL COM APARELHO FOTOPOLIMERIZADOR DABI DB 686	10
181	384.000.157	PORTA MATRIZ EM AÇO INOX UN	5
182	384.001.168	POSICIONADOR RADIOGRAFICO 6PC POSICIONADOR KT RADIOGRAFICO AUTOCLAVAVEL, KIT COM 6 PECAS + POTE DE ARMAZENAMENTO	10
183	384.001.319	POTE DAPPEN DE VIDRO INCOLOR UN	2
184	384.000.979	REEMBASADOR REEMBASADOR: MATERIAL DE KT REEMBASAMENTO RIGIDO PERMANENTE DESENVOLVIDO PARA RESTAURAR O AJUSTE ORIGINAL DA DENTADURA EM UMA UNICA CONSULTA. E INDICADO QUANDO OCORRER UMA CONTRACAO DO TECIDO (REABSORCAO) FAZENDO COM QUE DENTADURAS IMEDIATAS, REPARADAS E ATE MESMO PROTESES ADEQUADAMENTE CONFECCIONADAS TORNEM-SE SOLTAS E SEJAM NECESSARIOS AJUSTES. EM VEZ DE SE REPETIR TODO O PROCESSO PARA CONFECCAO DE UMA DENTADURA NOVA, MUITAS VEZES VANTAJOSO FAZER UM SIMPLES REEMBASE CORRETIVO DIRETAMENTE NA BOCA.KIT COM 01 FRASCO COM 40G DE PO COR DE ROSA COM VEIAS + 01 FRASCO COM 50ML DE LIQUIDO + 01 FRASCO COM 10ML DE ADESI VO + 01 DOSADOR DE PO + 01 DOSADOR DE LIQUIDO. REEAMBASADOR CORRETIVO ODONTOLOGICO BASE DE RESINA. DEVIDO SUA FORMULA SUAVE ASSEGURA MAIOR ACEITACAO E COOPERACAO POR PARTE DO PACIENTE. O PO E TAO FINO QUE OBTEM UMA CONSISTENCIA Densa E NAO IRA ABSORVER ODORES, SABORES OU MANCHAS. DEVIDO AO FATO DE SER TAO FINO, IRA MOLDAR MELHOR O TECIDO, RESULTANDO EM UMA OTIMA ADAPTACAO.	40
185	384.000.225	REFIL PARA TAMBOREL MEFIL PARA TAMBOREL, EM PT POLIESTER, DESCARTAVEL EM PACOTES COM 50 UNIDADES.	20
186	384.000.223	RESINA FOTO P/REPOSICAO NOA1 MATERIAL RESTAURADOR UN FOTOPOLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO, PARA USO EM RESTAURACOES ANTERIORES E POSTERIORES. POSSUI TAMANHO MAXIMO DE PARTICULAS DE 4, 5 MICROMETROS. O FILLER E ZIRCONIA/ SILICA REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGANICA COM BIS- GMA (BISFENOL.A GLICILDIMITACLILATO); TEG DMA (TRIETILENO GLICOLDIMETACLILATO, ZIRCONIA/SILICA).	30
187	384.000.227	RESINA FOTO P/REPOSICAO NOA2 MATERIAL RESTAURADOR UN FOTOPOLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO, PARA USO EM RESTAURACOES ANTERIORES E POSTERIORES. POSSUI TAMANHO MAXIMO DE PARTICULAS DE 4, 5 MICROMETROS. O FILLER E ZIRCONIA/ SILICA REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGANICA COM BIS- GMA (BISFENOL.A GLICILDIMITACLILATO); TEG DMA (TRIETILENO GLICOLDIMETACLILATO, ZIRCONIA/SILICA).	40
188	384.000.224	RESINA FOTO P/REPOSICAO NOA3 MATERIAL RESTAURADOR UN FOTOPOLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO, PARA USO EM RESTAURACOES ANTERIORES E POSTERIORES. POSSUI TAMANHO MAXIMO DE PARTICULAS DE 4, 5 MICROMETROS. O FILLER E ZIRCONIA/ SILICA REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGANICA COM BIS- GMA (BISFENOL.A GLICILDIMITACLILATO); TEG DMA (TRIETILENO GLICOLDIMETACLILATO, ZIRCONIA/SILICA).	50
189	384.000.226	RESINA FOTO P/REPOSICAO NOA3,5 MATERIAL RESTAURADOR UN FOTOPOLIMERIZAVEL POR LUZ E RADIOPACO, PARA USO EM RESTAURACOES ANTERIORES E POSTERIORES. POSSUI TAMANHO MAXIMO DE PARTICULAS DE 4, 5 MICROMETROS. O FILLER E ZIRCONIA/ SILICA REPRESENTANDO 71% EM VOLUME. CONTEM PARTE ORGANICA COM BIS- GMA (BISFENOL.A GLICILDIMITACLILATO); TEG DMA (TRIETILENO GLICOLDIMETACLILATO, ZIRCONIA/SILICA).	25

190	384.001.228	GLICOLDIMETACLILATO, ZIRCONIA/SILICA). REVELADOR PARA RX REVELADOR PARA RX, COMPOSTO POR UN HIDROQUINONA 2%, EM SOLUCAO PRONTA PARA USO, PROCESSAMENTO MANUAL, EM FRASCO DE 475 ML.	40
191	384.000.228	ROLETE DE ALGODAO PARA FINS ODONTOLOGICOS, PT PRODUZIDOS COM FIBRAS NATURAIS, 100% PURO DE ALGODAO HIDROFILO, LEVEMENTE ENGOMADO POR INTERMEDIO DE UM TRATAMENTO ESPECIAL, COM GRANDE PODER DE ABSORCAO. PACOTE COM 100 UNIDADES.	350
192	384.001.188	SELA BROCAS ODONTOLOGICAS SELA BROCAS ESTOJO DE KT SILICONE PARA BROCAS ODONTOLÓGICAS QUE REALIZA A ESTERILIZAÇÃO, ARMAZENAMENTO, SEPARAÇÃO E ORGANIZAÇÃO DAS BROCAS, COM 04 UNIDADES. REGISTRO NA ANVISA. SIMILAR LED.CLICK	20
193	384.000.229	SELANTE P/ FOSSULAS E FISSURAS COM FLUOR UN FOTOPOLIMERIZAVEL POR LUZ VISIVEL, MATIZADO, CONTENDO 5 SERINGAS COM 2G CADA, UMA SERINGA DE ACIDO GEL COM 3ML E 20 PONTAS DE APLICADORES DESCARTAVEIS.	5
194	384.001.229	SERINGA CARPULE ARTICULADA EM ACO INOX COM SEGURO UN DISPOSITIVO REFLUXO-PINO DE PRESSAO AO INVES DE ARPAO QUE PROVOCA DEFORMACAO DO PISTAO DE BORRACHA DO TUBETE.	10
195	384.000.975	SERINGA ENDODONTICA ACO INOX PARA APLICACAO DE UN CALLEN.	6
196	384.000.232	SERINGAS D.ACIDO FOSFORICO 37% SERINGAS DE ACIDO UN FOSFORICO A 37% + CLOREXIDINA A 2% PARA CONDICIONAMENTO PARA RESINA.	250
197	384.001.423	SISTEMA ADESIVO FOTOPOLIMERIZAVEL; FRASCO C/ 6 ML, UN REPOSICAO DO SINGLE BOND (3M ESPE); COMPOSTO BASICAMENTE POR BIS-GMA, HEMA, DIURETANO DIMETACRILATO, COPOLIMEROS, CANFOROQUINONA, CARGA 10% SILICA COLOIDAL; EMBALADO INDIVIDUALMENTE EM ENVELOPE RIGIDO PLASTICO; CONSTANDO EXTERNAMENTE MARCA COMERCIAL, PROCEDENCIA, RECOMENDACOES DE USO E ARMAZENAMENTO. VALIDADE MINIMA DE 02 ANOS DA DATA DE ENTREGA.	60
198	384.001.536	SISTEMA DE ACABAMENTO ENHANCE COM 7 PONTAS DE UN CHAMA DE VELA. SISTEMA DE ACABAMENTO ENHANCE COM 7 PONTAS DE CHAMA DE VELA. COMPOSIÇÃO: TRIPOLIMERO (ESTIERNO-BUTODIENO-METACRILATO DE METILA, SILICA PIROLITICA SILANIZADA, URETANO DIMETACRILATO, CANFOROQUINONA, N- METIL DIETANOLAMINA, ÓXIDO DE ALUMINIO. LIVRE DE LÁTEX. USO ÚNICO - NÃO AUTOCLAVÁVEL. VALIDADE 3 ANOS A PARTIR DA DATA DE FABRICAÇÃO. REGISTRO NA ANVISA. SIMILAR A ENHANCE DENTSPLY	5
199	384.001.447	SISTEMA DE ACABAMENTO ENHANCE COM 7 PONTAS UN SORTIDAS	10
200	384.001.452	SOLUÇÃO AMENA DE ÁCIDO POLIACRÍLICO DESENVOLVIDA UN PARA REMOVER PARCIALMENTE A "SMEAR LAYER" DE DENTINA E ESMALTE. ESTE PROCESSO AUMENTA A ADESÃO DO CIMENTO DE IONÔMERO DE VIDRO A ESTRUTURA DO DENTE. POSSUI 11.5% DE ÁCIDO POLIACRÍLICO, INDICADO PARA RESTAURAÇÕES DE IONÔMERO DE VIDRO QUE PRECISAM DE CONDICIONAMENTO ANTES DA APLICAÇÃO. FRASCO COM 10ML. SIMILAR AO RIVA CONDITIONER	5
201	384.000.354	SONDA EXPLORADORA Nº5 EM ACO INOX. UN	30
202	384.000.434	TAMBOREL PLASTICO TAMBOREL DE PLASTICO UN ESTERELIZAVEL EM AUTOCLAVE NA COR AZUL PARA SUPORTE DE LIMAS ENDODONTICAS.	5
203	384.001.189	TENTACANULA EM ACO INOX TENTACÂNULA, MATERIAL UN CONFECCIONADO EM AÇO INOX, AUTOCLAVÁVEL, 15 CM. REGISTRO NA ANVISA	5
204	384.001.213	TESOURA IRIS PONTA FINA CURVA 12 CM. UN	10
205	384.001.449	TESTE DE VITALIDADE PARA ENDO COM 200ML UN	20
206	384.001.450	TIRA DE AÇO DE 4MM, ABRASIVAS PARA AMÁLGAMA. UN ENVELOPES COM 12 UNIDADES CADA.	30
207	384.000.002	TIRA DE POLIESTER TRANSPARENTE MEDINDO PT 10MMX120MMX0,05MM PACOTE COM 50 UNIDADES.	15
208	384.000.886	TRICRESOL FORMALINA 10ML TRICRESOL FORMALINA DE 10 VD ML.	20

209 384.001.451 VASELINA SÓLIDA 90G

UN

30

ANEXO III - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AO REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 – REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

TIPO: “MENOR PREÇO POR ITEM” – MODO DE DISPUTA: “ABERTO E FECHADO”

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

Razão Social: _____

CNPJ: _____ Insc. Estadual: _____ Insc. Municipal: _____

Endereço: _____

Bairro: _____ Município: _____

Estado: _____ Telefone: _____ E-mail: _____

Representante Legal: _____

RG: _____ CPF: _____ Telefone: _____

Sob as penas da Lei, DECLARA que:

1. *Cumpre todos os requisitos de habilitação* estabelecidos no Edital do Processo Licitatório em tela, em conformidade com a Lei Federal N.º 14.133, de 01 de Abril de 2021.
2. Até a presente data inexistem *fatos impeditivos para sua habilitação*, e que está ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
3. Em relação a outras empresas proponentes neste Processo Licitatório, não integra nenhum grupo econômico, de direito ou de fato; não tem diretores, sócios ou representantes legais em comum; não utiliza recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum.
4. Não contraria o estabelecido no Art. 92 da Lei Orgânica Municipal, uma vez que não possui nenhum Servidor do Município de Santa Rita do Sapucaí / MG em seu quadro societário.
5. O licitante que seja cônjuge/companheiro, ou possua vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, com agentes públicos, ou com eles tenham vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista e civil com empregado público do Município de Santa Rita do Sapucaí / MG, que ocupe cargo público ou função pública de qualquer natureza, cuja ação laboral incida, por qualquer modo, mesmo o mais remoto, no Objeto deste Processo Licitatório.

6. Conhece todas as regras do Edital deste Processo Licitatório, com todos os seus anexos, mormente o Termo de Referência, e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências ali contidas.
7. É vedada a participação daquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

E, por ser a expressão fiel da verdade, firma a presente.

_____, _____ de _____ de _____.

ASS. E CARIMBO DO REP. LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DO CNPJ

ANEXO IV - DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM" - MODO DE DISPUTA: "ABERTO E FECHADO"

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR DE IDADE

Razão Social: _____

CNPJ: _____ **Insc. Estadual:** _____ **Insc. Municipal:** _____

Endereço: _____

Bairro: _____ **Município:** _____

Estado: _____ **Telefone:** _____ **E-mail:** _____

Representante Legal: _____

RG: _____ **CPF:** _____ **Telefone:** _____

em atenção ao Art. 68, Inc. VI, da Lei Federal N.º 14.133/21, declara expressamente, sob as penas da Lei, que não viola a proibição contida na norma da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Art. 7º, Inc. XXXIII, a saber:

"... proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito anos e qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz a partir de quatorze anos."

_____, _____ de _____ de _____.

ASS. E CARIMBO DO REP. LEGAL DA EMPRESA
CARIMBO DO CNPJ

ANEXO V - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM" - MODO DE DISPUTA: "ABERTO E FECHADO"

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 038 - /2025 - PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

Em ____/____/____, de um lado o Município de Santa Rita do Sapucaí / MG, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde (conforme Decreto Municipal N.º 16.346/2025, de 01 de Janeiro de 2025), **Sra. SILVIA REGINA PEREIRA DA SILVA**; doravante denominado REGISTRANTE, e de outro a(s) empresa(s) cuja(s) proposta(s) foi(ram) classificada(s) em primeiro lugar, doravante denominada(s) REGISTRADA(S), _____, inscrita no CNPJ sob o N.º _____, com sede a _____, Bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo **Sr. _____**, inscrito no CPF sob o N.º _____, e portador do RG N.º _____, em conformidade com a Lei Federal N.º 14.133/2021 e das demais normas complementares pertinentes; e em face da Homologação do Pregão Eletrônico N.º 038/2025 - Registro de Preços N.º 038/2025, Processo Licitatório PRC N.º 073/2025 resolvem registrar os preços para o fornecimento de produtos e/ou serviços constantes desta Ata, observadas as condições enunciadas nas Cláusulas que se seguem.

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O Objeto da presente Ata é o Registro de Preços para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG**, conforme Edital (com todos os seus Anexos), Termo de Referência e Proposta vencedora desta Licitação, que passam a integrar este Instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

2.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

2.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio do instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 2.2 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

2.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

2.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

2.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

2.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

2.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

2.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

2.5. O registro a que se refere o item 2.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

2.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

2.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 2.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

2.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

2.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

2.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

2.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

2.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

2.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

2.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 2.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

2.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 2.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

2.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

2.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

2.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

CLÁUSULA TERCEIRA: DOS PREÇOS REGISTRADOS

3.1. Durante o prazo de vigência desta Ata, seus signatários ficam obrigados a aplicar os preços oferecidos no Pregão Eletrônico N.º 038/2025 – RP N.º 038/2025, devidamente registrados, constantes do quadro abaixo, de acordo com a respectiva classificação.

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD.	UNID.	VL. UNIT.	VL. TOTAL

3.2. Os preços a serem pagos serão a única e completa remuneração pelos produtos e/ou serviços, incluindo, além do lucro, todas as despesas e custos como frete, embalagem, seguro, tributos de qualquer natureza e todas as demais despesas relacionadas, diretas ou indiretamente.

3.2. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

3.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

3.3. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

3.3.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

3.3.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

3.3.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

3.4. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

3.4.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

3.4.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

3.4.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 3.3.

3.4.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

3.4.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, o órgão atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

3.4.6. O órgão comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA QUARTA: DOS PRAZOS E PROCEDIMENTOS

4.1. Da solicitação do(s) Serviço(s):

4.1.1. A solicitação do(s) serviço(s) será feita conforme necessidade da Secretaria solicitante, mediante pedido encaminhado ao Setor de Pedidos de Compras da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí / MG para posterior emissão da Ordem de Fornecimento (OF).

4.1. Da Entrega do(s) Produto(s) e entrega da Nota Fiscal:

4.1.1. Os produtos deverão ser devidamente lacrados e deverão conter na embalagem a origem e a data de validade.

4.1.2. Quando aplicável, os produtos deverão ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de vida útil, o que será conferido no ato da entrega.

4.1.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias após o recebimento da

Ordem de Fornecimento (OF), no(s) seguinte(s) endereço(s):

→ **Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde** - Rua Barão do Rio Branco, 297,
Centro, nesta cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

4.1.4. Juntamente com os produtos deverá ser entregue a respectiva Nota Fiscal, para conferência e aceite pelo Fiscal do Contrato, e/ou pelo Almoxarife, e/ou por outro Servidor especificamente designado, e posterior encaminhamento à Divisão de Compras.

4.1.5. Verificada a não-conformidade dos produtos, as correções necessárias deverão ser promovidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas; do contrário, serão aplicadas as penalidades cabíveis previstas na legislação pertinente, no Edital e nos Instrumentos Vinculantes firmados.

CLÁUSULA QUINTA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DOS ACRÉSCIMOS E/OU SUPRESSÕES

5.1. O Objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido pelo Fiscal do Contrato, e/ou pelo Almoxarife, e/ou por outro Servidor especificamente designado, observado o disposto no Art. 140 da Lei Federal N.º 14.133/2021 e em demais normas pertinentes que incidam sobre a matéria.

5.2. Uma vez que seja celebrado Contrato ou termo equivalente, oriundo dessa Ata de Registro de Preços, a Registrada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, de acordo com o que preceitua o Art. 125 da Lei Federal N.º 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA: DO PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado no prazo de:

- até 7 (sete) dias úteis, contados da data da Liquidação da Despesas, com relação às obrigações de baixo valor, ou seja, aqueles cujo valor seja igual ou inferior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.
- no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da Liquidação das Despesas, no que diz respeito aos demais casos.

6.2. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à Secretaria Municipal contratante.

6.4. O pagamento efetuado pelo Município estará sujeito a eventuais retenções expressamente previstas em Lei, se for o caso.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES

18.1. Da Registrada:

18.1.1. A Registrada deve cumprir todas as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 18.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 18.1.3. Comunicar ao Registrante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 18.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor da Ata de Registro de Preços ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 18.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 18.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela Registrante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 18.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.
- 18.1.8. Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 18.1.9. Paralisar, por determinação do Registrante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 18.1.10. Manter durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 18.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução da Ata de Registro de Preços, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal da Ata de Registro de Preços, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 18.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento da Ata de Registro de Preços;
- 18.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco ou dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 18.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 18.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Objeto.

18.1.17. Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.

18.1.18. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, inclusive sua situação regular junto ao INSS, ao FGTS e às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, mediante o recolhimento das contribuições e impostos respectivos.

18.1.19. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Registrante.

18.1.20. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas na fiscalização.

18.1.21. Assumir todas as despesas e providências necessárias à execução da Ata de Registro de Preços (licenças, alvarás, autorizações, etc.), quando se fizerem necessárias.

18.1.22. Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do vínculo de seus empregados, assumindo, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, não cabendo qualquer espécie de solidariedade à Registrante.

18.1.23. Cumprir fielmente com a execução da Ata de Registro de Preços, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de realização.

18.1.24. Quando no ato da entrega for observado que o produto entregue não condiz com a especificação contida no Edital, o mesmo será recusado, cabendo à contratada custear o retorno.

18.2. Da Registrante:

18.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Registrada, de acordo com o contrato e seus anexos;

18.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

18.2.3. Notificar a Registrada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

18.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela Registrada;

18.2.5. Efetuar o pagamento a Registrada do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos na presente Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência.

18.2.6. Aplicar a Registrada as sanções previstas na lei e nesta Ata de Registro de Preços;

18.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução da presente Ata de Registro de Preços, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

18.2.8. Notificar o contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

18.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Registrada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Registrada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2.10. Prestar as informações necessárias à execução da Ata de Registro de Preços por parte da Registrada.

18.2.11. Prestar o apoio necessário à Registrada para que seja alcançado o Objeto da Ata de Registro de Preços, em toda a sua extensão, desde que por esse apoio não venha a assumir ônus adicionais.

18.2.12. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços, por meio de quaisquer Órgãos da Administração Municipal, que, dentro de sua competência, poderão determinar medidas para a correta execução do Objeto, garantindo o fiel cumprimento das normas aplicáveis.

18.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados e/ou os produtos entregues em desacordo com a Ata de Registro de Preços e com as obrigações definidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES

8.1. Das Sanções Administrativas:

8.1.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

8.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

8.2. É da competência do órgão a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023).

CLÁUSULA NONA: DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo órgão, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

10.1. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

11.1. O(s) recurso(s) necessário(s) às despesas advindas de contratações oriundas deste Processo Licitatório onerarão a(s) seguinte(s) Dotação(ões) Orçamentária(s):

02.06.02.10.301.1001.2.421.339030 - 311 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica - FNS / Material de Consumo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital ou aviso de contratação direta.

12.2. Integram esta Ata de Registro de Preços o Edital (com todos os seus Anexos), o Termo de Referência e a proposta vencedora desta Licitação, bem como as demais propostas remanescentes, segundo a ordem de classificação no Certame deste Pregão, independente de transcrição.

12.3. Os casos omissos nesta Ata de Registro de Preços serão resolvidos de acordo com a Lei Federal N.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

12.3.1. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais do Direito.

12.4. O foro da Comarca de Santa Rita do Sapucaí / MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente Licitação e da aplicação da presente Ata de Registro de Preços.

12.5. A Administração fará publicar a presente Ata, em extrato, nas formas e prazos determinados na Lei Federal N.º 14.133/2021.

Santa Rita do Sapucaí / MG, ____/____/____

REGISTRADA(S):

PROPONENTE VENCEDORA

REGISTRANTE(S):

SILVIA REGINA PEREIRA DA SILVA

Secretária Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO:

CPF:

NOME COMPLETO:

CPF:

ANEXO VI - MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO ELETRÔNICO N.º 038/2025 - REGISTRO DE PREÇOS N.º 038/2025

PROCESSO LICITATÓRIO PRC N.º 073/2025

TIPO: "MENOR PREÇO POR ITEM" - MODO DE DISPUTA: "ABERTO E FECHADO"

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG.

CONTRATO N.º XXXX/2025

CONTRATO CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG E A EMPRESA
*******.**

Por este Instrumento, de um lado o Município de Santa Rita do Sapucaí / MG, por seu Órgão Administrativo, Prefeitura, inscrito no CNPJ sob o N.º 18.192.898/0001-02, com sede à Rua Cel. Joaquim Neto, 333, Bairro Centro, nesta Cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais, neste ato representada pela Secretária Municipal de Saúde (conforme Decreto Municipal N.º 16.346/2025, de 01 de Janeiro de 2025), **Sra. SILVIA REGINA PEREIRA DA SILVA**, doravante denominado CONTRATANTE, e de outra parte a empresa, inscrita no CNPJ sob N.º, com sede à Rua/Av., Bairro, na Cidade de, Estado de, neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF N.º e RG N.º, doravante denominada CONTRATADA, têm entre si como justo e contratado a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG**, cuja celebração foi precedida do Processo Licitatório PRC N.º. 073/2025, na modalidade Pregão Eletrônico N.º. 038/2025, Registro de Preços N.º 038/2025, o qual foi processado e julgado em conformidade com a Lei Federal N.º 14.133/2021, e das demais normas complementares pertinentes. Tal celebração contratual se dá mediante as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constitui Objeto do presente Contrato a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSUMO ODONTOLÓGICO PARA MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE BUCAL PARA ATENDIMENTO A PACIENTES DA REDE MUNICIPAL NO ÂMBITO DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS DO MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ / MG**, conforme Edital (com todos os seus Anexos), Termo de Referência e Proposta vencedora desta Licitação, que passam a integrar este Instrumento, independente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

2.1. A vigência do Contrato oriundo deste Processo Licitatório ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, ressalvadas as exceções previstas no Art. 105 da Lei Federal N.º 14.133/21.

2.2. O Contrato poderá ser prorrogado, quando atender ao disposto no Art. 107 da Lei Federal N.º 14.133/21, de acordo com o Interesse Público.

2.2.1. Na ocorrência de Prorrogação Contratual, após 12 (doze) meses da apresentação da proposta, os valores poderão ser reajustados de acordo com o IPCA ou, na falta dele, por outro índice que venha a substituí-lo, juntado prévio parecer da Secretaria de Administração, Recursos Humanos e Finanças.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1. A Contratada fica *obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais*, os acréscimos ou supressões que se fizerem, em até 25% (vinte e cinco por cento) de acordo com o que preceitua o Art. 125 da Lei Federal N.º 14.133/21.

CLÁUSULA QUARTA - DOS PRAZOS

4.1. Da solicitação do(s) Serviço(s):

4.1.1. A solicitação do(s) serviço(s) será feita conforme necessidade da Secretaria solicitante, mediante pedido encaminhado ao Setor de Pedidos de Compras da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Sapucaí / MG para posterior emissão da Ordem de Fornecimento (OF).

4.1. Da Entrega do(s) Produto(s) e entrega da Nota Fiscal:

4.1.1. Os produtos deverão ser devidamente lacrados e deverão conter na embalagem a origem e a data de validade.

4.1.2. Quando aplicável, os produtos deverão ter no mínimo 80% (oitenta por cento) de vida útil, o que será conferido no ato da entrega.

4.1.3. O(s) produto(s) deverá(ão) ser entregue(s) no prazo máximo de até 10 (dez) dias após o recebimento da Ordem de Fornecimento (OF), no(s) seguinte(s) endereço(s):

→ **Almoxarifado da Secretaria Municipal de Saúde** - Rua Barão do Rio Branco, 297, Centro, nesta cidade de Santa Rita do Sapucaí, Estado de Minas Gerais.

4.1.4. Juntamente com os produtos deverá ser entregue a respectiva Nota Fiscal, para conferência e aceite pelo Fiscal do Contrato, e/ou pelo Almoxarife, e/ou por outro Servidor especificamente designado, e posterior encaminhamento à Divisão de Compras.

4.1.5. Verificada a não-conformidade dos produtos, as correções necessárias deverão ser promovidas no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas; do contrário, serão aplicadas as penalidades cabíveis previstas na legislação pertinente, no Edital e nos Instrumentos Vinculantes firmados.

CLÁUSULA QUINTA - DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA DO OBJETO DO CONTRATO

5.1. A Contratada *não poderá* subcontratar, ceder ou transferir o Objeto do Contrato, no todo ou em parte, a terceiros, *sob pena de rescisão*.

CLÁUSULA SEXTA - DO PREÇO

6.1. O valor do presente Contrato fica estimado em R\$ (.....), conforme o quadro a seguir:

ITEM	DESCRIÇÃO	MARCA/ MODELO	QTD.	UNID.	VL. UNIT.	VL. TOTAL

5.2. Os preços a serem pagos serão a única e completa remuneração pelos produtos e/ou serviços, incluindo, além do lucro, todas as despesas ordinárias, diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral o objeto da contratação.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO RECEBIMENTO, LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

7.1. Recebimento:

7.1.1. Os produtos serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.1.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.1.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.1.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 24 (vinte e quatro) horas.

7.1.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.1.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.1.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.1.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

7.2. Liquidação:

7.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo máximo de:

- a) 15 (quinze) dias corridos, no caso das despesas de valor superior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21; e
- b) 05 (cinco) dias úteis, no caso de despesas de valor igual ou inferior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.

7.2.2. Não será liquidada a despesa cuja nota fiscal não corresponda aos itens entregues.

7.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.2.3.1. o prazo de validade;
- 7.2.3.2. a data da emissão;
- 7.2.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.2.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.2.3.5. o valor a pagar; e
- 7.2.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.3. Prazo de pagamento

7.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de:

- a. até 7 (sete) dias úteis, contados da data da Liquidação da Despesas, com relação às obrigações de baixo valor, ou seja, aqueles cujo valor seja igual ou inferior ao limite estipulado no inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/21.
- b. no máximo 15 (quinze) dias corridos, contados a partir da data da Liquidação das Despesas, no que diz respeito aos demais casos.

7.3.2. A Nota Fiscal deverá vir acompanhada dos comprovantes atualizados de regularidade com o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

7.3.3. Em caso de devolução da Nota Fiscal para correção, o fornecedor será reposicionado na lista classificatória a partir da regularização das falhas e/ou, caso seja necessário, da emissão de novo documento fiscal, momento em que será reiniciada a contagem dos prazos de liquidação e pagamento oponíveis à Secretaria Municipal contratante.

7.3.4. O pagamento efetuado pelo Município estará sujeito a eventuais retenções expressamente previstas em Lei, se for o caso.

7.4. Forma de pagamento

7.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.4.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA OITAVA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes deste objeto correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

02.06.02.10.301.1001.2.421.339030 - 311 - Manutenção do Bloco de Atenção Básica - FNS / Material de Consumo.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DECORRENTES

9.1. Da Contratada:

9.1.1. A contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.1.3. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal e gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo o esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato.

9.1.8. Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.1.9. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

- 9.1.10. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 9.1.11. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.12. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preenchem as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 9.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco ou dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;
- 9.1.16. Responsabilizar-se por eventuais danos que vier a causar ao Município ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Objeto.
- 9.1.17. Responder por todos os impostos, taxas, seguros, e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.
- 9.1.18. Manter, durante a vigência do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, inclusive sua situação regular junto ao INSS, ao FGTS e às Fazendas Nacional, Estadual e Municipal, mediante o recolhimento das contribuições e impostos respectivos.
- 9.1.19. Submeter-se à fiscalização empreendida pela Contratante.
- 9.1.20. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela Administração, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas na fiscalização.
- 9.1.21. Assumir todas as despesas e providências necessárias à execução do Contrato (licenças, alvarás, autorizações, etc.), quando se fizerem necessárias.
- 9.1.22. Cumprir com as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do vínculo de seus empregados, assumindo, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia, não cabendo qualquer espécie de solidariedade à Contratante.
- 9.1.23. Cumprir fielmente com a execução do Contrato, honrando a qualidade, durabilidade e prazos de realização.
- 9.1.24. Quando no ato da entrega for observado que o produto entregue não condiz com a especificação contida no Edital, o mesmo será recusado, cabendo à contratada custear o retorno.

9.2. Da Contratante:

- 9.2.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 9.2.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 9.2.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido,

para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

9.2.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

9.2.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

9.2.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

9.2.7. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

9.2.8. Notificar o contratado quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

9.2.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2.10. Prestar as informações necessárias à execução do Contrato por parte da Contratada.

9.2.11. Prestar o apoio necessário à Contratada para que seja alcançado o Objeto do Contrato, em toda a sua extensão, desde que por esse apoio não venha a assumir ônus adicionais.

9.2.12. Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, por meio de quaisquer Órgãos da Administração Municipal, que, dentro de sua competência, poderão determinar medidas para a correta execução do Objeto, garantindo o fiel cumprimento das normas aplicáveis.

9.2.13. Rejeitar, no todo ou em parte, serviços executados e/ou os produtos entregues em desacordo com o Contrato e com as obrigações definidas no Edital desta Licitação e seus Anexos.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- i) der causa à inexecução parcial do contrato;
- j) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- k) der causa à inexecução total do contrato;
- l) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- m) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- n) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- o) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- p) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- v. **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- vi. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

vii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

viii. **Multa:**

1. Moratória de 1% (cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (dias) dias.
 - i. O atraso superior a 15 (quinze) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
2. Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.1. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.2. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.3.4. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- e) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- f) as peculiaridades do caso concreto;
- g) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- h) os danos que dela provierem para o Contratante.

10.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

10.7. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

10.8. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

10.9. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

10.10. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente registradas e publicadas no Quadro de Avisos e no sítio eletrônico do Município (www.pmsrs.mg.gov.br).

10.2. Dos Motivos de Rescisão Contratual:

10.2.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.2. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

10.2.3. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

10.2.3.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

10.2.4. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

10.2.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

10.2.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

10.2.4.3. Indenizações e multas.

10.2.5. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1. O foro da Comarca de Santa Rita do Sapucaí / MG, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será o designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes da presente Licitação e da aplicação do presente Contrato.

E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente Instrumento em 3 (três) vias, de igual forma e teor, na presença de testemunhas, o que a Administração fará publicar em extrato, nas formas e prazos determinados na Lei Federal N.º 14.133/21.

Santa Rita do Sapucaí / MG, ____/____/____

CONTRATADA(S):

PROPONENTE VENCEDORA

CONTRATANTE(S):

SILVIA REGINA PEREIRA DA SILVA
Secretária Municipal de Saúde

TESTEMUNHAS:

NOME COMPLETO:
CPF:

NOME COMPLETO:
CPF:



MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ

RUA CEL. JOAQUIM NETO, Nº 333 - CENTRO - CNPJ: 18.192.898/0001-02

SANTA RITA DO SAPUCAÍ/MG - CEP 37540-000

FONE: (35) 3471-1911



CÓDIGO DE ACESSO

0138B66B379F4CF4B41ADE493C1DB088

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas



Assinante: ALINE LIMA MONTEIRO MACHADO em 30/06/2025 13:30:04

CPF:***.***-.076-48

Certificadora: MUNICÍPIO DE SANTA RITA DO SAPUCAÍ - CA

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://srsapucaipmflowdocs.sgpccloud.net:8092/public/assinaturas/0138B66B379F4CF4B41ADE493C1DB088>